



CENTRO DE HUMANIDADES - CAMPUS III
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**A POLÍTICA EM BELÉM – PB: O PROCESSO
EMANCIPATÓRIO, AS TRAMAS POLÍTICAS E A DISPUTA
PELA HEGEMONIA DO PODER LOCAL (1957-1966).**

Júlio Cezar Miranda

GUARABIRA-PB
2016

Júlio Cezar Miranda

**A POLÍTICA EM BELÉM – PB: O PROCESSO
EMANCIPATÓRIO, AS TRAMAS POLÍTICAS E A DISPUTA
PELA HEGEMONIA DO PODER LOCAL (1957-1966).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação de História da Universidade
Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência
para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador (a): Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto

GUARABIRA– PB
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M672p Miranda, Júlio Cezar

A política em Belém-PB: [manuscrito] : o processo em anepatório, as tram as políticas e a disputa pela hegemonia do poder local (1957-1966). / Julio Cezar Miranda. - 2016. 58 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2016. "Orientação: rProf. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto, Departamento de História".

1. Belém de Caiçara. 2. Emancipação política. 3. História local. 4. Poder Político. I. Título.

21 . ed. CDD 901

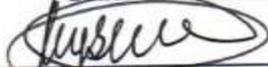
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES - CAMPUS III
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

**A POLÍTICA EM BELÉM - PB: O PROCESSO EMANCIPATÓRIO, AS TRAMAS
POLÍTICAS E A DISPUTA PELA HEGEMONIA DO PODER LOCAL (1957-1966).**

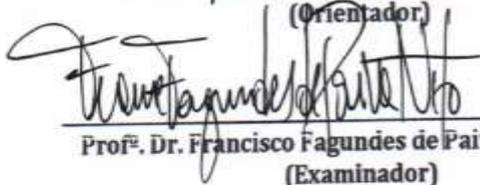
Defendida em: 18 / 05 / 2016

Júlio Cezar Miranda

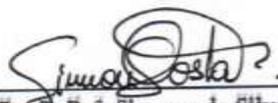
Banca Examinadora



Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto - UEPB
(Orientador)



Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto - UEPB
(Examinador)



Prof. Dr. Simone da Silva Costa - UEPB
(Examinadora)

Dedicatória

Com muito amor e carinho,
Aos meus pais, José Miranda e Daluz;
Aos meus irmãos, Júnior, Daniele, Denize e Dayanne;
À esposa Maria Aparecida e filho Luiz Gustavo, meu bem maior.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, criador do universo e inteligência suprema.

A minha família, base de tudo que sou hoje. A minha querida mãe, Maria Daluz, mulher guerreira, graciosa e que serve de inspiração.

Ao meu pai, José Miranda, que da sua maneira e do seu jeito me ensinou a ser uma pessoa do bem e mais humana.

Aos meus queridos irmãos, Júnior Miranda, Daniele Miranda, Denize Miranda e Dayanne Miranda, que sintetizam o significado de companheirismo e fraternidade.

Minha esposa Maria Aparecida e meu filho Luiz Gustavo, meus tesouros, meu patrimônio, melhor presente que pude ganhar.

Não poderia deixar de agradecer também ao amigo Maciel Vieira que foi prestativo e me ajudou quando precisei dos arquivos usados como uma das fontes para este trabalho.

Ao professor Martinho Guedes, pela orientação, ensinamento ministrado e estímulo a prosseguir nas pesquisas e atividades profissionais.

“A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado”.

Marc Bloch

A POLÍTICA EM BELÉM-PB: O PROCESSO EMANCIPATÓRIO, AS TRAMAS POLÍTICAS E A DISPUTA PELA HEGEMONIA DO PODER LOCAL (1957-1966)

RESUMO

O presente estudo se propõe a discutir o processo emancipatório do então Distrito de Belém de Caiçara, a primeira eleição, ocorrida em 1959, como também analisar e problematizar as relações de poder dos vereadores da Câmara Municipal a partir dos seus discursos, entre os anos de 1957 a 1967, e como se dava a atuação parlamentar diante o poder do Executivo do município. Para isso, utilizamos como fonte de pesquisa a história oral, através de algumas entrevistas com moradores idosos, o “Livro de Registro de Resolução e Projetos. Nº 01, período de 01 de dezembro de 1959 a 1986” e o “Livro 2 de Atas da Câmara Municipal, de 02 de janeiro de 1965 até 31 de janeiro de 1969. O recorte temporal inicia-se no ano de 1957, com a aprovação do Projeto de Lei 1.752, que conferiu a autonomia político-administrativa a Belém, e perpassa 1959, ano da primeira eleição, tanto para prefeito quanto para a câmara de vereadores, após emancipar-se politicamente de Caiçara. Neste período, foram realizados os primeiros registros oficiais da cidade. Também ampliamos o recorte da nossa pesquisa ao ano de 1966, período em que as relações políticas e de poder na câmara podem ser percebidas de modo sistemático frente à construção da hegemonia de poder na cidade recém emancipada.

Palavras-chave: Belém de Caiçara, Emancipação Política, História Local, Poder Político.

Sumário

Introdução.....	9
1. Emancipação política e grupos de poder – Belém da década de 1950.....	9
1.1 Os prefeitos nomeados.....	24
2. A primeira eleição: o ano de 1959.....	31
3. O legislativo municipal: tramas de poder.....	41
Conclusão.....	55
Referências.....	57

Capítulo 1

Introdução. Emancipação política e grupos de poder – Belém da década de 1950

A década de 1950 ficou marcada na história política de Belém pelo movimento emancipatório realizado por um grupo de cidadãos do então distrito de Belém de Caiçara, que reivindicavam a emancipação político-administrativa do distrito. Esse movimento teve como característica marcante as disputas políticas da cidade, que se estenderia ao longo de anos pela intensa participação popular em favor à emancipação política de Belém, mesmo que direcionada por grupos políticos e arranjada de acordo com seus interesses.

Liderado por um grupo de moradores, que capitaneados por Manoel Xavier de Carvalho, natural de Itabaiana e recém-chegado a Belém para ocupar a função de Agente Fiscal do então Distrito de Belém de Caiçara e, cujos integrantes podemos citar: Luiz Paulino, Aprígio Pessoa, Moacir Augusto, Joaquim Mendes, entre outros. Esse grupo detinha a influência política local e parte do poder econômico do então distrito; para satisfazer os interesses desse grupo, o movimento emancipatório mobilizou a população local e através do recolhimento de centenas de assinaturas, de modo a construir um abaixo-assinado que reivindicava a emancipação de Belém junto à Assembleia Legislativa da Paraíba.

A reivindicação proposta motivou apoios e construiu uma base contestatória ampliada, que a cada instante adquiriu força política e reuniu a maioria da população do município, ao ponto de, posteriormente, lideranças locais vinculadas ao grupo político do então Deputado Severino Ismael de Oliveira¹, contrário à emancipação, decidirem apoiar o movimento popular: os ex-vereadores João Gomes de Lima² e José Brasileiro da Costa³, eleitos pelo PTB em 1951 compuseram o movimento; além de Manuel Miguel de Azevedo⁴; o ex-vereador de Caiçara e residente no distrito de Belém, Tomaz Emiliano do Nascimento, eleito no ano de

¹ Natural do Município de Caiçara, Severino Ismael de Oliveira foi eleito Deputado Estadual pelo partido/coligação PR nas eleições de 1950.

² João Gomes de Lima foi eleito vereador de Caiçara, pelo PTB, no ano de 1951, e Prefeito do Município de Belém entre o período de 1959 a 1963 pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

³ José Brasileiro da Costa foi eleito vereador pelo PTB no ano de 1951, e prefeito do município de Belém nos anos de 1959 (meses) e 1976 (meses).

⁴ Manuel Miguel de Azevedo foi, depois da emancipação política da Cidade de Belém, nomeado o primeiro prefeito de Belém, cuja diplomação se deu pela indicação do então Governador Flávio Ribeiro Coutinho (1956-1958).

1947 pelo PSD, também apoiou o movimento junto com Henrique Rodrigues, Cláudio Cantalice Viana e outras lideranças locais, a exemplo de Vicente Cadó, bem sucedido comerciante do povoado, como afirma o seu neto Osvany Sales de Assis:

“Antes de Belém ser emancipado houve um abaixo-assinado. O abaixo-assinado foi feito pelo grupo de Dr. Xavier. Mas nesse abaixo-assinado assinou todo mundo, todo mundo participou. Quem é que não queria ver sua cidade emancipada? Todo mundo participou. Meu avô [Vicente Cadó] era analfabeto, mas disse a família: - *Assine que é para o bem de Belém*. E todos nós, de maior, assinamos. Mas eu não pude assinar porque não tinha 18 anos.” (Osvany Sales de Assis, tabelião, 74 anos de idade. Entrevista ao autor em janeiro de 2009. Grifos nosso).

O fato de residirem importantes lideranças políticas e influentes comerciantes no então distrito de Belém de Caiçara, apoiados pela maioria dos moradores, contribuiu para impulsionar o crescimento do movimento emancipatório. Desde o período da redemocratização do país, em 1945, quando a população pôde escolher novamente os seus representantes, o distrito de Belém sempre teve, pelo menos, um parlamentar no legislativo caiçarense, demonstrando força política do povo belenense. A ideia de que “é para o bem de Belém” se tornou o discurso comum, a estratégia de arregimentação da população do distrito e a manipulação discursiva recorrente, sobretudo, pelo desenho dos polos de interesses políticos e comerciais.



Bancada de vereadores PTB do município de Caiçara eleita em 1951. Da direita para a esquerda: João Gomes de Lima e José Brasiliano da Costa. Ao centro: o dep. Severino Ismael de Oliveira. Foto: arquivo pessoal de Joca Brasilino.

Há de se levar em conta que, ainda no ano de 1940, a população urbana e suburbana residente no distrito ultrapassou o número deste mesmo segmento populacional em Caiçara, segundo o Recenseamento Geral do Brasil realizado pelo IBGE naquele ano. Enquanto o distrito Belém atingia uma população urbana de 1.232 habitantes, residiam exatos 952 habitantes na cidade de Caiçara, apesar de que na soma com a população rural, predominante em ambos os territórios, Caiçara superava em população o distrito de Belém.

O movimento pró-emancipação reuniu as centenas de assinaturas e enviou o abaixo-assinado ao Deputado Estadual Humberto Lucena⁵, que apresentou o projeto de lei de emancipação de Belém. Coube ao então Deputado Estadual a prerrogativa da apresentação do projeto de emancipação política do distrito, graças a sua influência política na região do Brejo Paraibano, liderança essa obtida pela sua atuação política, desde a década de 1910, que remontava ainda a influência política do seu avô, o ex-governador da Paraíba, Solon Barbosa de Lucena (1920-1924), natural do município de Bananeiras, conforme publicado num trecho do livro “Bananeiras; Sua História, Seus Valores” (1997), de Manoel Luiz da Silva:

Pela simpatia e prestígio que granjeara como Mestre-Escola e líder intelectual de Bananeiras e, com a dinamização do partido situacionista, Solon de Lucena passou a comandar a política no Brejo Paraibano, cuja área de ação estendia-se pelos municípios de Araruna, Caiçara, Serraria e Guarabira sob a bandeira de Epitácio Pessoa. (SILVA, 1997, p. 96)

Mas, apesar da influência de Humberto Lucena e do apoio do então senador Rui Carneiro, o projeto de emancipação apresentado na Assembleia Legislativa em abril de 1956, após um abaixo-assinado contendo 2.120 assinaturas, acabou vencido por apenas um voto:

[...] sua emancipação foi requisitada após uma grande campanha feita pelos habitantes da Vila de Belém. Tanto é assim que o primeiro projeto de independência apresentado pelo saudoso Deputado Humberto Lucena foi derrotado por 01 voto de um deputado correligionário do Deputado Severino Ismael, que se opunha à independência da então Vila de Belém. (Biblioteca do IBGE. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/belem.pdf>. Acesso em: 23 de novembro de 2007).

Segundo o relato da Sra. Bernadete Costa, aconteceram diversas retaliações contra setores da sociedade belenense que tinham alguma relação com as lideranças que defendiam a autonomia político-administrativa de Belém. Dentre as principais retaliações a rebeldia dos

⁵ Humberto Lucena foi Deputado Estadual: 1951 a 1959 pelo PSD.

moradores que apoiaram o movimento de emancipação, figuravam as transferências de funcionários públicos e a perseguição aos comerciantes da localidade:

Antes de ser aprovado, e mesmo depois de aprovado, os comerciantes sofreram muito. Olhe, mesmo tendo comerciante como Gentil Guedes, tio de Roberto Flávio, que tinha uma loja ali, naquela esquina que hoje é o comércio de Rogéria. A primeira loja de confecções de Belém. A coisa mais chique. Mandaram fechar as portas. As portas foram fechadas. Abria só uma portinha bem pequenininha, mal cabia uma pessoa, e por esse motivo Gentil Guedes foi embora pra Natal. E anos depois com Benoni que vendia carne no mercado que Xavier fez. Eles tiraram Benoni do meio da rua. Tiraram também Seu Manoel Targino, que é o pai de Beto Targino, também foi embora pra João Pessoa porque ficaram no meio da rua. Meu marido tinha também uma “trinta e seis” [jogo de apostas], um jogo bem bonito assim, e perseguiram tanto, perseguiram tanto dessa maneira que [o advogado] Sílvio Porto veio defender meu marido. Doutor Sílvio Porto. Porque Antônio Sinésio, que era tio dele [do marido], tinha uma ligação muito grande com Sílvio Porto. As pessoas que apoiaram a emancipação de Belém sofreram muito. Foi quase uma revolução. Parecia uma revolução. “(Bernadete Costa Santos, aposentada, 68 anos de idade. Entrevista ao autor em dezembro de 2008. Grifos nosso)”.

As arbitrariedades contra funcionários públicos e comerciantes também são confirmadas pelo Sr. Francisco de Assis Porpino. Em decorrência de tais perseguições, a intervenção do então deputado e presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba Clóvis Bezerra Cavalcanti foi necessária e, somente depois de um acordo político eleitoral com o Deputado Severino Ismael de Oliveira, contrário à emancipação, para que cessassem as perseguições aos apoiadores da emancipação de Belém, houve alento para os apoiadores emancipacionistas. Segundo Assis Porpino:

Foram grandes as perseguições políticas feitas. Transferências de funcionários públicos, comerciantes foram perseguidos pelo fisco, através de cobranças irregulares, mas o espírito de luta e o desejo de ver Belém emancipado foi maior. Necessitando portanto, mais uma vez da interferência do deputado Clóvis Bezerra. O Dr. Clóvis, um homem honrado e conciliador, repassou [a liderança política do Município de Belém para o Deputado Severino Ismael de Oliveira]. Assim aconteceu. Ficou parte do povo belenense com o então deputado Severino Ismael e outros seguindo ao líder Clóvis Bezerra. (Francisco de Assis Porpino, aposentado. Entrevista ao autor em outubro de 2008).

As especulações propagadas naquele período apontavam o Deputado Estadual Severino Ismael de Oliveira, natural do município de Caiçara, como o principal articulador para a reprovação do projeto. O caiçarense Severino Ismael teria se posicionado contra o desmembramento do distrito de Belém, pois além da perda de receita e parte do território de seu município de origem, o deputado temia a diminuição de sua influência política na região, uma vez que, o distrito da Serra da Raiz também se mobilizava para emancipar-se de Caiçara, numa longa disputa política originária desde o final do século XIX, e que também o

parlamentar posicionava-se contrário, como afirma o historiador serrano Valdir Miguel Batista no trabalho monográfico ‘Evolução Social e Política de Serra da Raiz (1574-1959)’:

Paralelo à luta dos serranos pela sua emancipação política, os caiçarenses contrários se reuniram também, formando um bloco de resistência, sob a liderança do então deputado estadual daquela terra, Severino Ismael de Oliveira [...]. Na visão do historiador Coriolano de Medeiros, Caiçara não aceitava a independência política de Serra da Raiz, por ser um distrito próspero agricolamente. (BATISTA, 2006, p. 20 e 21).

Essa disputa, que tocava ao êxito da emancipação política tanto de Serra da Raiz quanto de Belém, tinha contornos meramente políticos e basicamente com as prerrogativas de beneficiamento de um político local. Há um discurso de poder calçado de legitimação socioeconômica percebida pelas colocações de Coriolano de Medeiros, quando aponta que a permanência do distrito de Serra da Raiz e, facilmente estendida ao distrito de Belém, como parte do município de Caiçara, não tem outra função que não seja a política, pela constituição do reduto eleitoral do Deputado Severino Ismael; e o beneficiamento do município com a arrecadação econômica desses distritos. O discurso do poder, sob a influência do Deputado Severino Ismael, propôs a construção de um domínio social – político e econômico, como justificativa para manutenção dos distritos, ao passo em que, buscou influenciar desde um pequeno grupo, a totalidade das pessoas. (VAN DIJK, 2012, p. 43).

A manutenção de um poder social que pressupõe uma estrutura ideológica, não foi largamente percebida ou estendida à totalidade da população do distrito de Belém, contudo a articulação política promovida pelo deputado Severino Ismael, no controle do discurso de manutenção dos distritos, revelam a extensão dos agentes do poder, mesmo que não seja o consenso; se não foi um controle social como aponta Van Dijk (2012), foi o controle discursivo das instâncias deliberativas – no caso a Assembleia Legislativa do estado da Paraíba – e esse controle se deu na perspectiva da circulação das relações consensuais dos pares para manutenção dos seus interesses. Tal percepção pode ser confirmada no depoimento da Sra. Bernadete Costa Santos:

A emancipação de Belém começou quando Doutor Xavier se reuniu com o grupo, inclusive eu era muito jovem na época, em 1955. Ele falava que Belém já devia se municipalizar, ficar independente de Caiçara, pois Belém pertencia à Caiçara. E nisso, esse grupo foi se agrupando mais, com Seu Luiz Paulino, Aprígio Pessoa, Moacir Augusto. Reuniram-se, lutaram muito e foram levar ao governador. Existia na época Severino Ismael, que era o deputado dessa região, cada região tinha o seu. Então meu padrinho era quem manobrava, era quem mandava aqui em Belém. Mandava mesmo aqui em Belém, e não aceitava, não queria que Belém fosse independente. Mas aí, quando o grupo chegou ao governador ele

disse que queria umas assinaturas e levassem. Então levaram esse abaixo-assinado e entregaram nas mãos dele. O governador achou pouco. Então disse que queria umas duas mil pessoas. Na época Belém não tinha muitas pessoas alfabetizadas, mas conseguiram. Belém só passou por felicidade, porque meu padrinho [Severino Ismael] não estava na Assembleia neste dia. Em 06 de setembro de 1957 houve uma grande festa. As pessoas comemoraram, se juntaram nas calçadas e diziam: - *Vencemos! Vencemos!* Não houve atrapalho nenhum. Nisso o deputado Severino Ismael ficou muito magoado, mas já tinha acontecido e não podia fazer mais nada. Humberto Lucena foi o pivô de tudo. Humberto Lucena fez de tudo, tudo, para emancipar Belém. Lembro também de Orlando Cavalcanti que era um deputado, acredito que ele era da família de Marcos Odilon, um usineiro. Rui Carneiro também foi demais pela emancipação de Belém. (Bernadete Costa Santos, aposentada, 68 anos de idade. Entrevista ao autor em dezembro de 2008. Grifos nosso).

Contudo, na versão do Sr. Osvany Sales de Assis, a aprovação do projeto de emancipação de Belém só foi adiada devido à disputa política entre os Deputados Severino Ismael de Oliveira e Humberto Lucena, pois Severino Ismael desejava apresentar o projeto, mesmo a contragosto, antes do seu adversário político na região.

É importante salientar também a situação política na qual se encontrava o Estado. A eleição de 1950 na Paraíba ficou polarizada entre os dois nomes mais fortes da política paraibana da época: José Américo de Almeida, cujo grupo de influência girou em torno do “americismo” e Argemiro de Figueiredo, cujo grupo de influência política girou em torno do “argemirismo”. Ambos, antes da eleição de 50, pertenciam a UDN, mas a unidade partidária era frágil e os dois não se entendiam politicamente no Estado.

Passadas as eleições de 1945, uma nova forma de disputa começava a ser travada internamente na UDN. No plano federal, com seu imenso prestígio político, José Américo representava o partido, embora não perdesse de vista as ações e acordos políticos estabelecidos no seu Estado. No plano estadual, o deputado federal Argemiro de Figueiredo procurava manter o seu curral eleitoral em Campina Grande já que era um núcleo eleitoral de extrema importância naquela época, abrigando certa de 20.000 eleitores. (BARBOSA, Jivago Correia. *Política e assistencialismo na Paraíba: o governo de José Américo de Almeida (1951-1956)* / Jivago Correia Barbosa. – João Pessoa: 2011. 317).

Após a cisão entre as duas lideranças, José Américo se afasta da UDN, se filia ao PSD, partido que fazia oposição a UDN naquele período, e disputa a eleição de 50 contra Argemiro de Figueiredo (UDN). Eleição que é considerada uma das mais radicais e cruentas como nos mostra BARBOSA (2009):

Dessa forma, a campanha para governador e senador foi se desenrolando, em 1950, tendo sido considerada uma das campanhas mais radicais e cruentas já disputadas na Paraíba. O Estado estava dividido em dois blocos distintos, uma espécie de bi-polarização, onde de um lado se encontrava José Américo e Ruy Carneiro, e do outro Argemiro de Figueiredo e José Pereira Lira. Além dos grandes nomes da política paraibana, a população também se

manifestava nos comícios e passeatas ao longo de todo o período. José Américo foi aos poucos se tornando o grande nome da campanha. (BARBOSA, 2009, p. 4).

No contexto local, Argemiro de Figueiredo (UDN) vence José Américo de Almeida (PSD) no município de Caiçara – Belém ainda era Distrito. O Primeiro obteve 2.198 votos contra 1.557, porém José Américo é eleito por maioria dos votos Governador do Estado da Paraíba em 1950.

Com o término do governo de José Américo de Almeida, em 1956, do qual eram aliados Humberto Lucena e o grupo político de Dr. Xavier, o Deputado Severino Ismael apresentou o projeto de emancipação durante o governo do seu aliado udenista Flávio Ribeiro Coutinho, sendo aprovado pela Assembleia Legislativa em 1957.

Severino Ismael deixou passar Belém a cidade. Na verdade, Humberto Lucena participou, e ele queria que Belém passasse a cidade antes que Severino Ismael botasse o projeto dele, mas não passou. Porque política é assim. Aí Severino Ismael disse: - *Gente, calma que Belém vai passar a ser cidade, mas a vez não é essa, porque o governo que está aí não é nosso*. Na época, era deputado junto com ele Clóvis Bezerra, Luiz Bronzeado, Nominando

Diniz. Severino Ismael tinha amizade com essa turma e disse: - *Gente, não vamos votar nesse projeto não! Porque se votar eu fico de fora*. E na verdade não votaram não. O projeto de Humberto Lucena foi derrotado. Aí na época que Flávio Ribeiro era governador ele [Severino Ismael] entrou com um projeto e foi aprovado. Foi quando Severino Ismael precisou dos deputados, correu para a casa de Clóvis Bezerra e disse: - *É agora, Clóvis*. Essa turma votou e Belém passou a ser cidade.” (Osvany Sales de Assis, tabelião, 74 anos de idade. Entrevista ao autor em janeiro de 2009. Grifos nosso).

A versão do Sr. Osvany coincide com a ausência do Deputado Humberto Lucena no registro fotográfico do ato de assinatura da lei de emancipação de Belém, no qual aparece o Governador Flávio Ribeiro Coutinho, sancionando o projeto aprovado pela Assembleia Legislativa e os Deputados Severino Ismael, à esquerda; Clóvis Bezerra e Joacil de Brito à direita do Governador.



A
Assinatura do Projeto de Lei da emancipação de Belém. Foto do arquivo pessoal do Sr. Osvany Sales de Assis

Ao observarmos as duas versões, que culminou com a emancipação política de Belém, devemos atentar para a construção do domínio do discurso de poder, as colocações apresentadas nos revelam a tentativa de se construir, pela égide a emancipação política do distrito o exercício do controle ideológico de poder de um determinado grupo. Uma espécie de elite simbólica da emancipação política do distrito, o que, uma vez confirmada junto ao conjunto da sociedade local, poderia permitir a esse grupo vencedor do discurso emancipatório, relativa liberdade, relativo poder para tomar decisões dentro dos seus domínios de poder (VAN DIJK, 2012, p. 45).

Daí que a aprovação do projeto de Lei Estadual nº 1.752, de autoria do Deputado Severino Ismael de Oliveira e relatoria do Deputado Antônio D'Ávila Lins, emancipando o distrito de Belém de Caiçara, e sancionado pelo Governador Flávio Ribeiro Coutinho em 06 de setembro de 1957, cuja instalação oficial do novo município paraibano ocorreu três meses depois, em 06 de dezembro daquele mesmo ano: pôde “determinar a agenda da discussão pública, influenciar a relevância dos tópicos, controlar a quantidade e o tipo de informação especialmente quanto a quem deve ganhar destaque publicamente e de que forma (VAN DIJK, 2012, p. 45)”.



Diário Oficial do dia 13 de setembro de 1957 com a sanção da Lei 1.752 de 6 de setembro de 1957 que cria o município de Belém/PB.

Sobre a disputa política e a autoria do projeto, transcrevemos um trecho da entrevista concedida pelo Sr. Manoel Xavier de Carvalho ao historiador belenense Renildo Gomes dos Santos, no qual o ex-prefeito afirmou:

No início, Severino Ismael era meu adversário político, sendo assim, contra a nossa emancipação política, mas no decorrer do tempo ele foi um político compreensivo, aberto ao diálogo e acatou a ideia de apresentar na Assembleia Legislativa o projeto de autonomia que foi aprovado por seus pares e sancionado pelo governador da época Flávio Ribeiro Coutinho (SANTOS, 2006, p. 18).

Ainda sobre a polêmica da emancipação política envolvendo o deputado Severino Ismael e seus aliados em Belém, o Sr. João José da Costa, “Joca Brasilino”, filho do ex-prefeito José Brasiliano da Costa, revela que os correligionários teriam convencido o deputado caiçarense a não impedir o processo de emancipação de Belém que ao final foi vitorioso.

Papai, José Brasiliano, era um homem público, chefe político aqui da vila, do distrito de Belém, amigo de Severino Ismael de Oliveira. Foi um dos que mais lutou pela independência de Belém, independência política. Era grande amigo do governador Flávio

Ribeiro Coutinho, tinha amizade com Severino Ismael de Oliveira, Clóvis Bezerra Cavalcanti. Todos eles lutaram que conseguiram emancipar, desmembrar Belém de Caiçara no ano de 1957. Ocorreu um boato que o deputado Severino Ismael de Oliveira não queria porque era de Caiçara, mas depois cedeu tranquilamente. Nós, juntamente com alguns amigos como Dudu Emiliano, Luiz Emiliano, conseguimos num bom senso, através de Severino Ismael, Clóvis Bezerra, libertar Belém de Caiçara. Apesar do meu pai ser adversário de Humberto Lucena, ele [Lucena] era um homem de fibra, admirável. (João José da Costa, comerciante, 62 anos. Entrevista ao autor em janeiro de 2009. Grifos nosso).

O reconhecimento do mérito de Humberto Lucena para a conquista da emancipação do distrito de Belém aconteceu cinco anos depois da aprovação do projeto de emancipação política, quando os parlamentares belenenses, por meio da Lei de Resolução nº 10, de autoria do Vereador José Aduino Pessoa, instituíram como Patrono da Independência de Belém o Deputado Humberto Coutinho de Lucena; como consta na Ata de 14 de junho de 1962, folha 12, do Livro de Registro de Resolução e Projetos, Nº 01, do período de 01 de dezembro de 1959 a 1986, da Câmara Municipal de Belém.

Lei de Resolução nº 10

Outorga ao Dep. Humberto Coutinho de Lucena, o título de patrono e dá outras providências.

O presidente da Câmara Municipal de Belém, faz saber que a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica outorgado ao Dep. Humberto Coutinho de Lucena o título de Patrono da Independência de Belém.

[...]

Um episódio inusitado, narrado por Joca Brasilino, teria ocorrido no dia do ato de sanção do projeto. Além da ausência do Deputado Humberto Lucena no registro fotográfico, alguns membros do grupo de Dr. Xavier, que foram até a capital paraibana acompanhar a solenidade, também não assistiram à cerimônia, pois resolveram visitar alguns pontos turísticos da cidade de João Pessoa, e ao retornarem ao Palácio do Governo o projeto já tinha sido sancionado pelo governador:

Em 1957, eles foram pra João Pessoa para que assinasse o documento de emancipação. E Seu Amélio, uma pessoa bem esclarecida, saiu com Antônio Queiroz e Eptácio Guedes, que inclusive é meu primo, para visitar o Pavilhão do Chá, na Praça João Pessoa. Nesse período, o governador chegou e assinou a emancipação de Belém, e eles perderam essa oportunidade de assistir. Era Antônio Queiróz, Amélio Carneiro e Eptácio Guedes. Pra você ver que na foto da emancipação nem eles, nem Humberto Lucena e nem Xavier estavam. Estavam presentes Dudu Emiliano, Orlando Cavalcanti, Clóvis Bezerra, Joacil de Brito, Severino Ismael de Oliveira, José Brasiliano da Costa e outros que não me recordo (João José da Costa, comerciante, 62 anos. Entrevista ao autor em janeiro de 2009).

Finalizado o ato de assinatura da lei que emancipou Belém, iniciaram-se os discursos dos políticos presentes, dentre os quais, os discursos do Deputado Severino Ismael e do Governador Flávio Ribeiro. De acordo com o relato do Sr. Osvany, testemunha ocular da solenidade, o Governador Flávio Ribeiro declarou a sua satisfação em emancipar Belém e ironizou o Deputado Severino Ismael dizendo que ele, o governador, é quem primeiro deveria discursar sobre a nova cidade, e contou a seguinte história:

*Eu estava lá no ato da emancipação, quando Severino Ismael pegou o microfone para agradecer ao governador pela passagem de Belém a cidade. Foi um discurso de agradecimento, disse que estava muito satisfeito porque Belém tinha passado a cidade e que a principal rua de Belém, que se chamava Rua do Comércio, passaria a ser Flávio Ribeiro Coutinho. Aí o governador deixou ele terminar o discurso, e quando ele terminou o governador disse: - *Você se antecipou Severino! Porque esse discurso quem primeiro queria fazer era eu. Porque entre todas as cidades que assinei o ato de emancipação, Belém foi uma das cidades que eu mais desejava fazer isso. Porque na minha juventude eu fui me hospedar na casa do senhor Clóvis Cruz [dentista], que morava na Rua da Gameleira [atual Joaquim Rodrigues]. Na noite de Natal tinha um pavilhão na porta da Igreja [da Conceição] e depois do pavilhão tinha um local para o Pastoril e eu fui assistir. E vi uma contra-mestra do Pastoril, se chamava Flávia, e era do cordão azul, e como eu era do azul coloquei dois cruzados no cordão azul, e ninguém botou abaixo.* (Osvany Sales de Assis, tabelião, 74 anos de idade. Entrevista ao autor em janeiro de 2009. Grifos nosso).*

A satisfação do Governador Flávio Ribeiro em sancionar o projeto de emancipação de Belém ficou marcada não apenas no seu discurso, mas também pelo esforço em comparecer à solenidade e na assinatura trêmula no projeto, pois a saúde do governador já se apresentava debilitada, o que culminou com o seu afastamento do cargo no início do ano de 1958, por ter sofrido um Acidente Vascular Cerebral (AVC), sendo substituído pelo Vice-governador Pedro Gondim, no dia 02 de janeiro de 1958. A substituição no comando do governo estadual que teria desdobramentos nos arranjos políticos do recém-emancipado município de Belém, com o troca-troca de prefeitos nomeados.

Outro fato curioso relacionado a Severino Ismael de Oliveira, dessa vez narrado por Dona Bernadete, deve-se à criatividade do povo belenense em fazer anedotas sobre o parlamentar. O deputado caiçarense não escapou das paródias criadas pela população de Belém. Contam que no dia de receber o diploma de Deputado Estadual na Assembleia Legislativa, Severino Ismael sofreu um tombo e caiu. Ao saber da queda do deputado, opositores achincalharam:

*Foi no dia seis de março, foi no dia seis de março, dia da grande posse,
Que Severino Ismael, que Severino Ismael deu uma queda e quase morre
Estavam todos em palácio reunidos pra receber os títulos preferidos
O Ismael alcançado pelos gritos ficou trêmulo e muito abatido.*

*Quando chegou o momento, quando chegou o momento
De Severino se alevantar,
Saiu todo jecacado, saiu todo jecacado,
Cai aqui, cai acolá*

*Ô Severino como foi grande a sua vaia
Essa topada foi mesmo de alarmar
Se não fosse o outro deputado ainda estava por se levantar*

Em outra ocasião, o povo revoltado com indícios de desvios de verba para a compra de leite e de enxadas para os agricultores do município, reclamava nas ruas e cantava versos contra Severino Ismael, demonstrando a insatisfação com o deputado, conforme depoimento de Dona Bernadete:

Também tinha uma música porque ele foi acusado de desviar o dinheiro do leite. De desviar o dinheiro do leite! E o povo dizia assim: *Deputado deixa de conversa fiada, as crianças querem leite e o pobre as enxadas*. Porque ele teria desviado o leite e as enxadas dos agricultores. E aqui não tinha boquinha, cantava mesmo, porque ele tinha desviado o leite. O povo de Belém era assim mesmo, não deixava escapar uma! (Bernadete Costa Santos, aposentada, 68 anos de idade. Entrevista ao autor em dezembro de 2008).

Apesar do acirramento entre os dois grupos políticos, houve uma trégua no início da década de 1950, quando amigos e lideranças locais se mobilizaram em defesa de um morador do pacato distrito de Belém.

O morador por apelido de Quindú, cunhado do ex-prefeito João Gomes de Lima, depois de investir suas economias na compra de um ônibus na cidade de Campina Grande, recebeu a notícia de que o veículo, que na época se chamava “Sopa”, teria sido furtado e que militares estariam vindo ao povoado para levá-lo. Chegando a Belém, os soldados teriam sido expulsos pelos moradores, os quais, armados com espingardas e outros apetrechos, não deixaram que os militares levassem o ônibus em solidariedade a “Seu Quindú”, que não saberia da irregularidade do veículo, como narra o Sr. Joca Brasilino:

Não lembro exatamente da data, mas foi no início de 1950. Um ônibus foi comprado por Quidú, que era casado com a saudosa Antônia, irmã de João Gomes de Lima, de Dona Rama, filha de Seu Luiz Gomes. Quidú comprou um carro em Campina Grande, e parece que esse carro tinha sido furtado lá, mas ele comprou legalmente, não sabia. Toda a economia que ele fez foi pra comprar esse ônibus. E vieram aqui para resgatar o carro. Mas o povo unido... O povo de Belém era muito unido. Não permitiu que o carro fosse levado de volta pra Campina Grande. E então vieram pessoas do exército e não conseguiram levar esse carro. Todo mundo se mobilizou aqui, Zé Brasilino, Moacir, João Pedro, Joaquim Mendes, todo esse povo do distrito. Aí João Pedro atravessou um Ford Roquete, que carregava água pra Caiçara, no posto fiscal que tinha aqui no meio da rua. Tinha um posto fiscal ali, de Donda pro outro lado. A corrente ficava estirada, e dava o visto nas notas dos

carros de carga, depois baixava a corrente e o carro passava. Só os carros particulares passavam livremente. Então, atravessaram o carro na porteira do posto fiscal, e todo mundo ficou na esquina preparado pra tudo. E todos armados mesmo, pra o que der e vier. Ia ser uma catástrofe, mas os soldados tiveram medo e saíram daqui, e disseram que nunca mais vinham aqui, porque era terra de índio, e não conseguiram levar o ônibus. Foi uma batalha forte. Mas não conseguiram levar esse carro não, esse ônibus. Antigamente chamavam até de Sopa, o ônibus que levava passageiros. Pra você ver! Belém era assim, um povo unido. Naquele tempo era um grupo só, não tinha grupos políticos. (João José da Costa, comerciante, 62 anos. Entrevista ao autor em janeiro de 2009).

Ao observarmos esse emaranhado político em torno do processo emancipatório do distrito de Belém, observamos que a “paternidade” emancipacionista buscou trazer para si as glórias do ato como força política personalista. De um lado estava o Deputado Severino Ismael, cuja influência política estava diretamente associada ao distrito de Belém; de outro, se encontrava a força política do Deputado Humberto Lucena, que mesmo não sendo o reduto político, a emancipação do distrito poderia conceder-lhes ganhos na articulação com os líderes do poder local no Brejo paraibano. E ainda de modo mais amplo, no conjunto da política estadual, estava o Governador Flávio Ribeiro Coutinho que buscava para si a hegemonia das relações de poder construídas com os grupos políticos locais.

A propósito dos grupos políticos locais, a influência política do deputado estadual Severino Ismael em Belém perdurou por muitos anos após a emancipação. Com o passar do tempo, outros atores políticos introduziram-se no processo de construção histórico-político do município. Todavia, a marcante presença de Severino Ismael, naquele período, pode ser resumida nas palavras do Sr. Osvany Sales, quando relata a forte influência do deputado e a sua decadência causada por um ingrediente político local não revelado, mas que deve tratar-se do rompimento entre Severino Ismael e o ex-prefeito João Gomes de Lima, aliados históricos:

O deputado aqui na época era Severino Ismael. Era o nosso chefe político. Ele era de Caiçara e Belém era Vila. Ele era de Caiçara e mandava na política daqui, mas fechava mesmo, mandava mesmo. Até que, ele foi traído por alguém aqui, e depois dessa traição ele perdeu e ficou na suplência e depois caiu mesmo. (Osvany Sales de Assis, tabelião, 74 anos de idade. Entrevista ao autor em janeiro de 2009).

Como podemos perceber as versões colhidas oralmente por testemunhas que vivenciaram o movimento emancipatório do então Distrito de Belém, mostra o início da polarização política entre dois grupos, que mais tarde disputariam o controle político da cidade. As disputas políticas advindas do movimento emancipatório, também tiveram na câmara municipal o seu local de deflagração, como mostraremos adiante. Dentro dessa perspectiva tomaremos como base para discussão teórica a cerca do ambiente político vivido

durante o processo emancipatório e o seu desdobramento o conceito de discurso e poder proposto por Van Dijk (2012, p. 12) segundo o autor: “O discurso não é analisado apenas como um objeto “verbal” autônomo, mas como uma intenção situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política”.

As considerações de Van Dijk (2012) são fundamentais para tentarmos entender o contexto social no qual foi desenvolvido o discurso do movimento emancipatório e qual estratégia foi usada para legitimá-lo, tendo em vista, como o próprio autor afirma: controlar o discurso significa ter acesso ao poder e permite a manutenção do mesmo na sociedade. Ao se fazer uma análise do discurso como uma intenção situada, observamos através dos depoimentos orais dos partidários de ambos os grupos políticos a interação e a relação entre os “controladores” e os “controlados” como também a sustentação do poder a partir da prática discursiva.

A emancipação política de Belém foi um passo decisivo na constituição dos polos de poder do município. Observamos que muitos dos partidários desse momento histórico construíram suas versões e fomentaram suas opiniões de modo a demarcarem suas posições políticas no município. Sem um primeiro momento, há certa “confusão” nos momentos iniciais da assinatura da emancipação, se percebe a força do discurso político que tenta influir sobre a “nova cidade”. A demarcação e o controle visaram estabelecer redutos, sejam eles em âmbito estadual, como foi o caso de do então Governador Flávio Ribeiro Coutinho e o então Deputado Estadual Humberto Lucena; seja em âmbito municipal, como foi o caso do então Deputado Severino Ismael.

É necessário salientar ainda a intencionalidade do discurso e a sua ligação com o poder social visto que o discurso é direcionado a atingir um objetivo específico e é carregado de interesses. Dentro desse contexto, devemos considerar também a atuação dos vereadores diante do executivo e como a prática discursiva foi usada por grupos políticos para controlar ou direcionar a população, pois: “se discurso controla mentes, e mentes controlam ação, é crucial para aqueles que estão no poder controlar o discurso em primeiro lugar” (VAN DIJK, 2012, pag. 18).

Todavia, o controle das mentes e das ações através do discurso também nos remete a outra situação, a do “chefe político”, e como se dava a atuação do mesmo no sentido de controlar os seus seguidores ou “protegidos”. Para Jean Blondel:

[...] o chefe político” exerce uma propriedade jurídica sobre as terras, acontece que o “chefe político” não é tradicional a não ser quando exerce um “domínio” bastante rígido. Alguns são verdadeiramente chefes e dominam diretamente os eleitores; outros não são mais que suseranos e dominam chefes políticos menores que, por sua vez, possuem os eleitores (BLONDEL, 1957, pag. 60).

Apesar de usarmos uma definição “mais tradicional” de “chefes políticos” podemos destacar algumas diferenças, nesse recorte político específico, entre João Gomes de Lima e Manoel Xavier de Carvalho. A influência do primeiro, um tipo mais tradicional de “chefe político” ligado à propriedade de terra. O segundo, na definição de Blondel, está relacionado a uma nova forma de “chefe político”, para época, através da influência de sua função social vinda de sua profissão, no caso, Agente Fiscal.

Ainda colocando as considerações de Halbwachs (1990, p. 33-34; 51), a memória coletiva construída em torno do processo emancipatório de Belém construiu, a partir da memória individual, polos e valores que interessavam a determinados grupos de poder em disputa, ou seja, os relatos orais apontam para a construção de uma comunidade afetiva dos fatos, que se pretende coletiva, mas, ao mesmo tempo, polarizada nos interesses dos grupos, uma vez que:

Toda a arte do orador consiste talvez em dar àqueles que ouvem a ilusão de que as convicções e os sentimentos que ele desperta neles não lhes foram sugeridas de fora, que eles nasceram deles mesmos, que ele somente adivinhou o que se elaborava no segredo de suas consciências e não lhes emprestou mais que sua voz. [...] Poder-se-ia dizer que o que rompe a continuidade de minha vida consciente e individual, é a ação que exerce sobre mim, de fora, uma outra consciência, que me impõe uma representação à qual está presa (HALBWACHS, 1990, p. 47 e 97).

Diante dessas particularidades é que se desenharão as disputas políticas nos anos seguintes e as suas consequências para o município de Belém. Visto que, apesar de novos atores inseridos na política do município, parentes dos dois políticos ainda exercem influência no cenário político local. Interessa-nos, pois, dissertar a partir da conjuntura sócio-política do processo emancipatório da cidade de Belém, traçar algumas considerações sobre os discursos construídos em torno da temática. As tramas que envolveram o processo de emancipação do distrito, que contribuíram em larga medida para construir polos de poder local e polos de discursos hegemônicos, com o objetivo de estabelecer continuidades e rupturas na política local, desta feita, a emancipação de Belém contribuiu para formatação de discursos que, nem sempre eram hegemônicos no interior da conjuntura social local, mas garantiram o fortalecimento de grupos de poder.

1.1 Os prefeitos nomeados

A partir do ano de 1957, com a sanção do Projeto de Lei 1.752 conferindo a autonomia político-administrativa a Belém, o Governador Flávio Ribeiro Coutinho nomeou o Sr. Manoel Miguel de Azevedo para o cargo de prefeito do município até a realização da primeira eleição, pleito que aconteceria apenas no ano de 1959. Contudo, segundo informações do Sr Osvany Sales, a primeira pessoa cogitada para assumir a Prefeitura de Belém, após a emancipação, seria o seu avô, o antigo comerciante Vicente Cadó de Albuquerque, pois o Deputado Severino Ismael tinha indicado o nome do comerciante para o governador nomeá-lo, indicação recusada pelo próprio Cadó:

Meu avô já era comerciante há 50 anos na cidade, naquele tempo era vila e já era comerciante. Quando eu tinha 12 anos a casa dele já tinha cinquenta anos de existência. Ele teve sete filhos. Aqui habitou até falecer. E era comerciante de respeito. Interessante, era analfabeto, mas ninguém sabia que ele era analfabeto devido sua inteligência, seu conhecimento. O próprio Severino Ismael, que era deputado estadual na época quando Belém passou a ser cidade, pensava em nomeá-lo como primeiro prefeito de Belém, ele disse: - *Seu Cadó eu escolhi o seu nome para ser o primeiro prefeito de Belém.* Aí papai [avô], porque fui criado por ele, disse: - *Eu não posso porque sou analfabeto.* (Osvany Sales de Assis, tabelião, 74 anos de idade. Entrevista ao autor em janeiro de 2009).



Recorte de jornal S/D e S/F do primeiro prefeito nomeado de Belém - 1959

Nomeado pelo Governador Flávio Ribeiro, Manoel Miguel de Azevedo administrou Belém por um brevíssimo período de dez dias, de 31 de dezembro de 1957 a 9 de janeiro de 1958, por causa da mudança de orientação política no Estado, devido ao afastamento do governador acometido por um Acidente Vascular Cerebral (AVC).

Em dezembro de 1957, o governador Flávio Ribeiro Coutinho afastava-se do cargo em virtude de uma trombose cerebral, apresentando à Assembleia Legislativa, no dia 2 de janeiro, um pedido de licença médica por 6 meses. O governo passou, então, às mãos do vice-governador, Pedro Gondim que, a partir daí, vai crescendo e firmando-se como uma nova liderança política dentro do PSD. (CITTADINO, 1998, pág. 95).

Com a saída de Flávio Ribeiro, o vice-governador pessedista Pedro Gondim, que assumiu o cargo de governador da Paraíba, nomeou seu amigo e correligionário Manuel Xavier de Carvalho para ser o novo prefeito de Belém.

Aconteceu que o primeiro prefeito foi Manoel Miguel, o prefeito que o governador nomeou, porque ele era do lado do governador Flávio Ribeiro Coutinho. Nomearam Seu Manoel Miguel para ser o primeiro prefeito, depois veio o seguinte, que foi Xavier, e depois foi colocado Seu Mendes. Foram nomeados Seu Manoel Miguel, Doutor Xavier e Joaquim Mendes. Quando Doutor Xavier foi nomeado, Doutor Xavier passou dez meses. (Bernadete Costa Santos, aposentada, 68 anos de idade. Entrevista ao autor em dezembro 2008).

Com o agravamento da saúde de Flávio Ribeiro e com a sua volta ao Governo do Estado praticamente improvável, Pedro Gondim começa a traçar metas e estratégias e a imprimir a sua marca no governo que se “iniciava”, Gondim assumiu o governo na metade do mandato de Flávio Ribeiro Coutinho.

Percebedor de que a sua ascensão ao governo era definitiva (já que o grave estado de saúde de Flávio Ribeiro demonstrava que a possibilidade de sua volta era extremamente remota) e com metade do mandato a sua frente, Pedro Gondim procurou imprimir a sua marca pessoal ao “novo” governo que se iniciava, traçando um plano de trabalho específico para a sua administração. As novas diretrizes impostas por ele ao Governo do Estado lhe renderam a conquista de ampla popularidade que se refletia nas manifestações de apoio vindos dos mais diversos setores, o que criava um clima favorável à sua permanência no governo ao fim do mandato de Flávio Ribeiro. (CITTADINO, 1998, pág. 95).

Ainda segundo CITTADINO (1998), a popularidade do seu governo deveu-se a elementos de práticas populistas, o que impulsionou a emergência do “movimento queremista” em favor de Pedro Gondim:

Iniciava-se, então, a partir de meados de 1959, o chamado “movimento queremista”, que reivindicava a eleição de Gondim para governo do estado no próximo pleito. As manchetes

dos jornais, as entrevistas concedidas pelos políticos, as declarações dos líderes partidários nos diversos municípios, as manifestações populares e dos trabalhadores sucediam-se numa demonstração do crescimento do quererismo e da popularidade que gozava o governador em exercício. A figura pública de Gondim passa a ser enaltecida em solenidades e comícios [...]. (CITTADINO, 1998, pág. 96).

[...]

Na primeira fase da administração de Pedro Gondim (o período de interinidade entre 58 e 60) já se consegue perceber os elementos que permitirão o desenvolvimento do “quererismo” e do populismo presentes na campanha eleitoral de 60 [...]. (CITTADINO, 1998, págs. 109-110).

Passados pouco mais de dez meses de administração do segundo prefeito nomeado Manoel Xavier de Carvalho, ele se afastou do cargo para candidatar-se a prefeito pelo voto direto da população. Com o afastamento de Dr. Xavier, assumiu o cargo o correligionário Joaquim Mendes da Silva. Antes de entregar o cargo de prefeito para Joaquim Mendes, Xavier iniciou algumas ações estruturantes para o novo município, como por exemplo, a construção do Mercado Público, ampliado nas gestões seguintes e a abertura de galerias pluviais, como afirmam a Sra. Bernadete:

Quando foi Doutor Xavier nomeado, Doutor Xavier passou dez meses. Quando Doutor Xavier passou dez meses, ele deu início à lavanderia. Ele fez esse mercado público, o primeiro galpão, ali era uma pedra muito grande, enorme, ali ele derrubou e fez o primeiro galpão, e depois ele fez valetas, galerias, nesses dez meses como prefeito nomeado. (Bernadete Costa Santos, aposentada, 68 anos de idade. Entrevista ao autor em dezembro 2008).

Todavia, para o ex-prefeito Manoel Xavier de Carvalho, a sua maior obra se concretizaria no decorrer de sua vida pública com a construção do Colégio Comercial Álvaro de Carvalho, escola particular que posteriormente foi estatizada pelo Governo da Paraíba, no início da década de 1970, e que recebeu o nome da filha de Manoel Xavier, a estudante de engenharia Márcia Guedes Alcoforado de Carvalho, vítima de um acidente automobilístico na cidade do Recife.

Belém era uma cidade paupérrima, não tinha nada. Uma cidadezinha atrasada. Eu lutei com todo o entusiasmo pela educação do povo. Eu tinha em mente o que aprendi na escola: que o homem não vale pelo que tem, mas vale pelo que sabe. E incuti essa ideia na juventude. E graças a Deus incuti. E fiz tudo pela educação. O que eu pude fazer pela educação eu fiz. Foi o colégio... Porque o povo vale pelo que sabe. (Manoel Xavier de Carvalho, advogado. *In Memoriam*. Entrevista ao autor em dezembro 2008).

O novo prefeito nomeado de Belém, Joaquim Mendes, já tinha sido candidato a vereador no município de Caiçara no ano de 1955, pelo Partido Social Democrático (PSD), e

obteve na referida eleição 309 votos, porém não encontramos registro oficial confirmando se ele foi eleito.

Verifica-se, entretanto, na Ata de 15 de junho de 1960, página 59, do “Livro de Registro de Resolução e Projetos Nº 01, período de 01 de dezembro de 1959 a 1986” da Câmara Municipal de Belém, menção a Joaquim Mendes como prefeito. Mendes governou o município de Belém de 03 de fevereiro de 1959 a 29 de novembro de 1959⁶.

A frequente mudança de prefeitos nomeados causou muitas controvérsias na cidade, a principal delas em relação à nomeação do primeiro prefeito de Belém. Por causa do curtíssimo período em que Manoel Miguel de Azevedo esteve à frente da administração municipal, algumas pessoas acreditavam que ele não teria sido nomeado pelo governador. O fato é que a nomeação de Manoel Miguel de Azevedo, publicada no Diário Oficial do dia 31 de dezembro de 1957, dirimiu as dúvidas que ainda restavam sobre o primeiro prefeito de Belém, mesmo tendo assumido por oito dias a prefeitura municipal, como destaca o Sr Osvany Sales:

“A confusão maior de Belém era essa. O primeiro prefeito nomeado em Belém se chama Manoel Miguel de Azevedo, e ele só governou oito dias, porque Flávio Ribeiro Coutinho, governador da Paraíba, era coligado ao grupo de Severino Ismael, o nosso grupo. Depois de uns oito dias, mais ou menos, Flávio Ribeiro adoeceu e assumiu o vice. Pedro Moreno Gondim era o vice-governador, só que oposição a Flávio Ribeiro, e Pedro Gondim era do lado de Doutor Xavier, e o nomeou como segundo prefeito.” (Osvany Sales de Assis, tabelião, 74 anos de idade. Entrevista ao autor em janeiro de 2009).

Com a realização da primeira eleição direta, em agosto de 1959, encerrou-se o período de nomeações para o cargo de prefeito no município de Belém. Durante o intervalo de praticamente dois anos, os belenenses tiveram três prefeitos nomeados pelo governo estadual: Manoel Miguel de Azevedo, Manoel Xavier de Carvalho, e por fim, Joaquim Mendes da Silva, mostrando a dinâmica da política belenense desde a sua emancipação.

⁶ As considerações aqui colocadas têm como fonte o caderno de anotações históricas de Osvany Sales de Assis datado em 28 de setembro de 1973.



Diário Oficial. Expediente do dia 28.12.57. Com a nomeação de Manoel Miguel de Azevedo para exercer o cargo de Prefeito do Município de Belém.

É curiosa essa constante mudança de prefeitos. As conformações políticas, ao passo em que construíram suas dinâmicas a partir dos redutos locais nas décadas de 1940 e 1950, submeteram as localidades a uma completa fragilidade política, nomear prefeitos com brevidades muito curtas e conforme o alinhamento político de quem ocupava o executivo estadual, parece ser uma prática, cuja facilidade é bastante maleável.

Com o fim do Estado Novo (1945) e a transição para um regime democrático, o país começava a vivenciar outro estágio de participação política, que de modo concreto, traziam no bojo das transformações político-sociais o direito ao voto e ao pluripartidarismo. A

reorganização política, os interesses em jogo na sociedade e a disputa pela hegemonia política começaram a serem postos em prática.

A conjuntura de transição para um regime democrático incluiu o processo de criação de partidos políticos. Desmantelando o antigo sistema partidário com o golpe de 37, fazia-se necessário o encaminhamento no sentido de criação de novas agremiações que dessem conta do espectro de interesses em jogo na sociedade. Vargas ao aceitar e encaminhar a criação desses partidos estava, a bem da verdade, submetendo-se às pressões oriundas de setores da sociedade civil que já se encaminhava nesse sentido, sobretudo daqueles grupos da elite oposicionista que, desde meados de 1944, vinha se articulando em torno da criação de um novo partido, a União Democrática Nacional (UDN). (CITTADINO, 1998, p. 27-28).

Entretanto, segundo CITTADINO, a criação de novos partidos políticos não alterou de forma substancial a estrutura de poder no país. O caráter tradicional e conservador permaneceram:

Observando-se as estruturas partidárias que plasmou a redemocratização do país, percebe-se que o desmonte do Estado Novo não implicou substanciais alterações na estrutura de poder brasileira. À exceção do Partido Comunista Brasileiro (PCB), pode-se afirmar que os demais partidos eram constituídos pelas lideranças políticas mais tradicionais e conservadoras, de um lado, e por membros gestados a partir da própria máquina que estava supostamente sendo implodida, de outro [...]. (CITTADINO, 1998, p. 28).

Na Paraíba os partidos foram constituídos seguindo os mesmos critérios com relação ao âmbito nacional:

Este mesmo padrão de constituição de partidos verificou-se na Paraíba quando do surgimento da UDN e do PSD, que se tornarão no estado, as principais agremiações políticas: as forças políticas vinculadas ao Estado Novo organizaram-se em torno do PSD e as forças da oposição em torno da UDN [...]. (CITTADINO, 1998, p. 28).

Não só nos critérios, como também na estrutura e composição, os dois partidos eram semelhantes a nível estadual. Representavam uma elite econômica, coronelista e fundiária, ou seja:

[...] a composição econômica dos dois principais partidos paraibanos não diferem em seus aspectos fundamentais, fazendo com que a hegemonia política no estado permanecesse nas mãos dos grandes grupos familiares vinculados à propriedade da terra e ligados quer à UDN quer ao PSD [...]. (CITTADINO, 1998, p. 32-33).

Todo esse contexto de um novo arranjo ou reordenamento político, pós-Estado Novo e Vargasista refletiram no cenário local, já que as condições político-partidárias nacionais respingavam no estado e conseqüentemente nos municípios.

Capítulo 2

A primeira eleição: o ano de 1959

Após anos de lutas democráticas emancipacionistas dos moradores do então distrito de Belém de Caiçara, foi realizada no dia 02 de agosto de 1959, dois anos depois da autonomia política, a primeira eleição para prefeito de Belém pelo voto popular. Concorreram ao cargo de prefeito: Manoel Xavier de Carvalho [PSD] e João Gomes de Lima [PTB]; e para vice-prefeito: Paulo Soares de Carvalho [PSD] e José Brasileiro da Costa [PTB]. As eleições de prefeito e vice-prefeito eram separadas.

A conjuntura política estadual ajuda a entender o cenário e o contexto político local já que o PSD e a UDN – apesar de existirem pequenos partidos – estes eram mais bem estruturados em termos de organização e representatividade e rivalizavam-se na disputa pela hegemonia na política do estado. É importante salientar que o PTB, representado por João Gomes, é resultado da cisão e desmembramento da UDN. Com relação à situação política de ambos os partidos Blondel afirma que:

[...] Tudo se passa, pois, como se o P.S.D. tivesse criando um movimento de oposição à U.D.N. mas não teve capacidade de se aproveitar dele.
[...] os sufrágios do P.T.B, como os do P.S.P., do P.S.B. e do P.L., são votos rurais resultantes de uma cisão, em geral, um desmembramento da U.D.N. (BLONDEL, 1957, p. 145 e 148).

Outra particularidade entre as duas agremiações, segundo Jean blondel, é que o PSD tinha características mais litorâneas, urbanas. Já o PTB caracterizava-se por ser mais rural, ligado aos proprietários de terra. Embora existam as exceções no estado e levando em consideração outras razões, como a conjuntura política local, de certo modo, as peculiaridades dos partidos teoricamente poderiam justificar a inclinação política de momento de ambos os candidatos pelas agremiações partidárias, uma vez que “Dr. Xavier” era um agente fiscal recém chegado de Itabaiana, um “novo tipo de chefe político” para a época e João Gomes de Lima, um chefe político “mais tradicional” ligado à propriedade de terra.

A campanha eleitoral de 1959 foi marcada, novamente, pelo embate entre os dois grupos políticos que reivindicavam a paternidade do projeto de emancipação política de

Belém, tornando a eleição bastante acirrada, de acordo com o relato da Sra. Bernadete⁷ Costa, partidária do ex-prefeito Manoel Xavier de Carvalho:

“As campanhas eram muito acirradas. Eram muito acirradas, muito mesmo. Nessa campanha de 59, a ala de Xavier era toda de branco. Todos de branco. A ala de lá era azul com vermelho. E então, a ala branca chamava eles de pinguins. Aí só sei que Zeza cantava muito uma música no nosso palanque, Zeza Lunardo. Aí Aline, do lado de lá, tirou uma música que dizia assim: - *Ela já está enfraquecida, a irmã dela morreu do mesmo mal.* Porque tinha morrido uma irmã de Zeza com tuberculose. Aí o branco, a ala branca de Doutor Xavier, que quem tirava [cantava] era Benjamin na época, foi até engenheiro, ele tirou uma música, porque eles nos chamavam de enfermeira, e dizia: - *O mercado ele começou fazer, ainda vai terminar, depois do mercado terminado, vai construir um grande hospital. Esse grande hospital é para enfermeiras trabalhar, para tratar os udenistas que muito tuberculoso tem.* Era assim. Eles eram da UDN[PTB]. E Xavier do PSD [...]” (Bernadete Costa Santos, aposentada, 68 anos de idade. Entrevista ao autor em dezembro 2008).

A fala da senhora Bernadete Costa, além de mostrar a polarização política na cidade, nos remete ao discurso enquanto controle e prática social, as condições no qual é produzido e o direcionamento daqueles que são controlados pelo mesmo, pois:

O controle se aplica não só ao discurso como prática social, mas também às mentes daqueles que estão sendo controlados, isto é, aos seus conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, como também as outras representações pessoais ou sociais (VAN DIJK, 2008, p. 18).

A divisão por cores dos dois grupos: “a ala branca” representada pelos partidários de Xavier e a ala “azul com vermelho” representando João Pedro, além das disputas através das músicas relatadas por Bernadete, é uma estratégia de controle usada para identificar ou demarcar as possíveis diferenças de ambos os grupos políticos. Essas evidências vão de encontro com o que (VAN DIJK, 2008) defende, ou seja, o controle como prática social através, neste caso, das atitudes ou das representações pessoais e sociais. Os termos usados, como por exemplo, “a ala de lá”, a representação do outro grupo como “pinguins” e as tiradas musicais, tudo isso foi usado como artifícios e práticas discursivas na tentativa de controlar atitudes, opiniões e conhecimento da população, visto que, como as campanhas eram bastante acirradas, músicas, metáforas, analogias e representações foram muito utilizadas pelos dois grupos e reforçaram a posição política das duas candidaturas, ou seja, os usos intensivos dessas estratégias acabaram por influenciar os votos dos eleitores indecisos, uma vez que, os argumentos e as práticas desqualificadoras buscavam atrair esse contingente eleitoral.

⁷ Bernadete Costa Santos é funcionária pública aposentada.

Sobre a promessa de campanha em construir um hospital, por ironia do destino, no ano de 1991, o filho de Manoel Xavier de Carvalho, o médico Wellington Guedes de Carvalho, exercendo o cargo de Prefeito de Belém, sancionou a Lei nº 31/91 doando um terreno com a área de 7.000 m² pertencente ao município, no Conjunto Residencial Manoel Matias, ao governo estadual para a construção do Hospital Regional de Belém, atualmente denominado Hospital Distrital Luiz Alexandrino da Silva, em homenagem ao ex-prefeito de Belém assassinado no ano de 1985.

A campanha eleitoral de Xavier ocupou-se em desconstruir, ainda, uma condição intensamente explorada por seus adversários: a de ele ser um candidato vindo de outra localidade, um forasteiro, como acusavam os opositores. Dr. Xavier era natural de Itabaiana, e antes de ingressar na advocacia exerceu o cargo de Agente Fiscal do governo estadual. Para rebater os adversários, músicos locais compuseram *jingles* para serem cantados durante os comícios do candidato, dentre os quais, a seguinte composição executada por Dona Bernadete:

*“Xavier como não vacila trouxe a caterpilha pra a terra planar.
Xavier não é forasteiro é um bem feitor do nosso lugar.
Na Rua da Capelinha, não é mentira minha, eu vou lhe contar.
O povo que ele apartava não se cansava de reclamar.
Dizia em noite de escuro a gente dá duro para atravessar.
Xavier como não vacila trouxe a caterpilha pra a terra planar.
Xavier não é forasteiro é um bem feitor do nosso lugar.
Deu início à lavanderia, que é para as roupas a mulher lavar,
mas logo que for eleito, como prefeito vai terminar.
Os fios e os paralelos estão nas ruas para se calçar,
fez valetes e galerias que é para as águas não tumultuar.
Xavier como não vacila trouxe a caterpilha pra a terra planar.
Xavier não é forasteiro é um bem feitor do nosso lugar.”*

Em entrevista ao historiador belenense Renildo Gomes, o ex-prefeito Manoel Xavier de Carvalho comentou sobre a tentativa dos adversários em colocá-lo a pecha de forasteiro:

*“Tentaram confundir todo o povo, mas não chegou a esse objetivo. Felizmente o povo de Belém foi muito compreensivo, porque eu tinha uma desvantagem nessa terra. Eu era tido como forasteiro. Os adversários, no começo, me chamavam de forasteiro, mas depois o povo viu que aquela queixa não era nenhum mal. O povo entendeu que, se eu era um forasteiro... Mas eu estava trabalhando por esta terra. E aqui eu encontrei um bom ambiente. E tive muito apoio do povo. Aqui, graças a Deus, tive muito apoio do povo. O povo de Belém nunca negou o apoio.” (Manoel Xavier de Carvalho, advogado. *In Memoriam*. Entrevista ao autor em dezembro 2008).*

No discurso produzido pelos adversários políticos do ex-prefeito Manoel Xavier de Carvalho, o qual o taxavam de forasteiro, fica clara a tentativa de influenciar e direcionar a população, dentro de um contexto social específico, no sentido de, por meio do discurso, controlar a mente dos cidadãos como estratégia de poder político.

Controlar a mente da população neste sentido era construir a imagem de Dr. Xavier como sendo um agente público que não era nativo de Belém e, por conseguinte um “estranho”, que nada tinha a ver com o município. Com este discurso, se deduz que o grupo opositor do ex-prefeito Xavier, entendia ser a melhor maneira de induzir o eleitorado indeciso a não votar nele. Esta tentativa de sobrepor e dominar o discurso poderia render votos e foi usado como estratégia de poder político.

Manoel Xavier de Carvalho saiu vitorioso na eleição pelo Partido Social Democrático (PSD), obtendo 828 votos. Porém, o registro de candidatura de Dr. Xavier, como ele ficou conhecido, foi anulado pelo TSE por causa de “conflitos na legislação”, segundo afirmou o ex-prefeito:

“A minha cassação foi porque eu tinha sido eleito prefeito [nomeado]. Eu não podia porque eu já tinha sido prefeito, não eleito, mas nomeado. E eu não podia ser prefeito, pois havia um conflito na legislação. Foi o que causou minha cassação naquela administração.” (Manoel Xavier de Carvalho, advogado. *In Memoriam*. Entrevista ao autor em dezembro 2008).

A inelegibilidade do prefeito eleito concretizou-se com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral em dar provimento ao recurso 1684 interposto pelo PTB, partido de seus adversários políticos João Gomes de Lima e Brasiliano da Costa, que questionava a validade do registro de candidatura do pessedista a prefeito de Belém. Fato que gerou um debate na corte eleitoral sobre o tema em questão, pois em decisão anterior, o mesmo tribunal manteve a elegibilidade do candidato do Partido Social Democrático, Manoel Xavier de Carvalho, derrubada pelo novo acórdão; como consta no trecho do telegrama do presidente do TSE, Nelson Hungria, encaminhado ao presidente do TRE da Paraíba, e enviado ao Juiz Eleitoral de Belém, reproduzido no Termo de Posse de José Brasiliano da Costa:

Pois, pelo Juiz Eleitoral foi recebido um telegrama do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, que diz: *Levo conhecimento V. S. para devidas providências, (vg) que recebi seguinte telegrama BIPTS (aspas) “Desembargador Presidente Triregel [Tribunal Regional Eleitoral], João Pessoa. Comunico a Vosencia [Vossa Excelência] que o Trisuperlei [Tribunal Superior Eleitoral] em seção no dia 20 do corrente (ano), deu provimento ao recurso 1684, interposto pelo Partido Trabalhista Brasileiro contra acórdão desse Tribunal que manteve registro do candidato do Partido Social democrático*

ao cargo de Prefeito do Município de Belém. Atenciosas saudações. Nelson Hungria. Presidente do Trisuperlei [Tribunal Superior Eleitoral].”(aspas). Onésimo Aurélio de Novaes. Presidente [Triregelei] do Tribunal Regional Eleitoral. (TERMO DE POSSE, 30 de Nov. De 1959, folha 3).

Matéria do jornal impresso O Globo, no Caderno O País, página 3, datada de 01 de fevereiro de 1982, com o título “Inelegibilidade: tribunal responderá a 30 consultas”, faz referência ao caso do indeferimento da candidatura de Manoel Xavier de Carvalho na primeira eleição realizada no município de Belém (PB), em 1959, destacando a divergência do TSE em consulta semelhante sobre inelegibilidade de candidatos que já tinham assumido o cargo de prefeito nomeado de municípios recém-criados, como era o caso do candidato em Belém. Diz a matéria do O Globo:

“Inelegibilidade: tribunal responderá a 30 consultas

BRASÍLIA (O GLOBO) [01/02/1982] – Mais de 30 consultas foram encaminhadas, do final de 1981 até agora, por parlamentares e partidos políticos, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que reinicia suas atividades. As respostas que forem dadas a elas – em sua maioria, referentes à questão da inelegibilidade e sempre em tese – podem não ser adotadas pelo TSE quando de julgamentos de casos concretos.

Essa possibilidade de divergência de entendimento foi discutida, em novembro de 1959, pelo TSE. Estava sendo julgado um recurso do então PTB contra o pedido de registro de um candidato a prefeito do Município de Belém (PB).

O tribunal considerou, ao apreciar esse processo, que era inelegível para primeiro-prefeito de município recém-criado quem, antes da eleição, exercera o cargo, como prefeito nomeado, tanto efetivo como interino. Em abril de 1955, entretanto, o TSE havia decidido, ao examinar consulta, que prefeito nomeado para município recém-criado poderia candidatar-se à eleição, desde que se desincompatibilizasse até seis meses antes do pleito.

No julgamento do recurso, o ministro Cunha Mello indagou ao presidente do tribunal, se as “consultas com referência aos pleitos são de observância rigorosa, ou são abandonáveis, a qualquer momento, as respostas contidas nas mesmas”.

Hungria respondeu então que “consultas não fazem coisa julgada, são respondidas pelo tribunal quando versam sobre casos “inabstractum” (em tese) e não sobre casos individuais”. Segundo Hungria, “o tribunal, depois de responder a uma consulta em determinado sentido, ulteriormente, à vista de um caso concreto, pode mudar de orientação” (jornal O GLOBO, 01 de fev. de 1982, p. 3).

Declarado nulo pelo TSE o registro de candidatura do prefeito eleito, o vice-prefeito mais votado na eleição, e adversário político de Xavier, José Brasiliano da Costa, do Partido Trabalhista Brasileiro, assumiu a prefeitura de Belém. José Brasiliano da Costa era filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e elegeu-se vice-prefeito com 808 votos, derrotando o candidato do PSD, Paulo Soares de Carvalho. Com a votação recebida, Brasiliano tornou-se o vice-prefeito mais votado daquela eleição, ultrapassando, inclusive, os votos do candidato a prefeito de sua chapa, João Gomes de Lima, pois os candidatos a prefeito e vice-prefeito eram escolhidos separadamente pela população.

Entretanto, a posse de Brasiliano da Costa, ocorrida no dia 30 de novembro de 1959, transcorreu num clima de forte tensão, após o Juiz Eleitoral José Xavier de Oliveira comunicar o recebimento de um telegrama enviado naquela mesma data pelo presidente do TRE-PB Onésimo Aurélio de Novaes, com a decisão do TSE cancelando o registro de candidatura de Manoel Xavier de Carvalho, vencedor do pleito, e determinando a posse do vice-prefeito eleito, José Brasiliano da Costa, conforme consta na folha 4 do livro do Termo de Posse da Câmara Municipal de Belém:

Além do mais, pelo Juiz eleitoral foi recebido um Telegrama datado de 30 de novembro do corrente ano, que diz: *Urgente Dr. Juiz Eleitoral de Belém. Levo ao conhecimento de Vossencia [Vossa Excelência] que este Tribunal, em seção hoje realizada, determinou que, (em) virtude de haver o Egrégio Trisuperlei [Tribunal Superior Eleitoral] cancelado o registro do candidato a prefeito pelo Partido Social Democrático, eleito nas últimas eleições, deve Vossencia [Vossa Excelência] dar posse ao vice-prefeito eleito, na qualidade de substituto eventual. Atenciosas Saudações. Onésimo Novaes. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral [Triregelei] “(TERMO DE POSSE, 30 de Nov. De 1959, folha 4).*

Ao tomar conhecimento do telegrama do TRE-PB pelo Juiz Eleitoral, a bancada de vereadores do Partido Social Democrático, maioria na Câmara e base de apoio do candidato eleito Manoel Xavier de Carvalho, retirou-se do Fórum para não dar posse a Brasiliano da Costa, inclusive o presidente eleito da Câmara Municipal, o vereador Amélio Carneiro:

No caso presente deu-se um caso curioso. Reunida a Câmara, a maioria composta de Vereadores eleitos pela legenda do Partido Social Democrático, retirou-se do recinto afim de não dar posse ao vice-prefeito eleito, substituto eventual do prefeito, sob a alegação de que havia recursos contra a quarta e sexta seções, esquecendo os mesmos que os recursos eleitorais não têm efeito suspensivo. (TERMO DE POSSE, 30 de Nov. De 1959, folha 4.)

A discussão entre os vereadores sobre a posse de Brasiliano da Costa foi registrada na Ata de Sessão de Posse da Câmara Municipal de Belém, nos seguintes termos:

Ao iniciar [a sessão] o Sr. presidente eleito, em nome da bancada pessedista, fez ver a todos que não daria posse ao Vice-Prefeito em face de recursos contra a 4ª e 6ª sessões realizadas nas eleições de 2 de agosto próximo passado. Continuando, reza da palavra o vereador João Soares de Carvalho que diz achar de direito a câmara empossar o Vice-Prefeito Sr. José Brasiliano da Costa. Continuando fez reza da palavra o Vereador José Maria Xavier que solidariza com a bancada pessedista, discordando com a opinião de empossar o Vice-Prefeito o Sr José Brasiliano da Costa (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 30 de Nov. De 1959, folha 1).

Com a saída da maioria dos vereadores da sessão e a negativa do presidente da Câmara Municipal Amélio Carneiro em dar posse a Brasiliano da Costa, o juiz eleitoral José Xavier de Oliveira se valeu do artigo 6º, da lei nº 32 de 8 de janeiro de 1949, que incumbia ao representante do Judiciário empossar o prefeito na ausência dos parlamentares, o que aconteceu na ocasião. Dessa forma, José Brasiliano da Costa tornou-se o primeiro prefeito empossado de Belém por meio de eleição direta.

A querela relacionada à sessão de posse do primeiro prefeito de Belém, eleito pelo voto popular, pode ser sintetizada pelo depoimento de uma testemunha ocular do evento, o Sr. Abel Batista de Oliveira. Seu Abel Dumont revelou ainda um fato inusitado ocorrido na chegada à prefeitura, que na época não dispunha de energia elétrica e localizava-se ao lado da Praça Seis de Setembro:

Eu estava lá, eu vi de pertinho, bem pertinho, quando o juiz disse: - Eu estou com o poder na mão, quem vai assumir a prefeitura de Belém é o vice-prefeito eleito José Brasiliano da Costa. Se aproxime Seu José Brasiliano para a sua assinatura a benefício do município de Belém. Aí o delegado era Braguinha e disse: - Fique no meio do povo pra não haver buzina. Se houver qualquer coisa você tome a frente, não bata em ninguém, mas tome as providências. Aí quando findaram a palestra, ao chegar na Prefeitura, que era no prédio de Pedro Nobre, levaram um lampião, uma chaminé desse tamanho, e quando chegaram lá abriram a prefeitura, e quando abriram o cofre não tinha uma prata de dez tõe, o que tinha era um gabiru [rato] com um rabo desse tamanho. (Abel Batista de Oliveira, aposentado, 85 anos de idade. Entrevista ao autor em dezembro 2008).

José Brasiliano da Costa assumiu o cargo durante cerca de dez meses, pois o segundo colocado na eleição para prefeito, João Gomes de Lima conseguiu na justiça o direito de governar o município. Durante o breve período à frente da administração municipal, Brasiliano da Costa deu início ao projeto de eletrificação da cidade, porém as principais ações lembradas por Joca Brasilino foram outras:

Ele quem assinou a documentação todinha da CODEBRO [Companhia Distribuidora de Eletricidade do Brejo Paraibano] para que a energia de [usina] Paulo Afonso viesse aqui em Belém, na época que ele era prefeito de Belém. Foi José Brasiliano da Costa. [...] Meu velho pai ainda hoje me honra pelas obras que fez. Não obras de monumentos, mas obras de ação social. Todos fizeram monumentos, mas as realizações do meu pai eram a benevolência aos pobres, a assistência social, a saúde.” (João José da Costa, comerciante, 62 anos de idade. Entrevista ao autor em dezembro 2008. Grifos nosso).

E acrescentou:

Papai foi um chefe político que influenciou por mais de quarenta anos. Foi vereador por Caiçara, vice-prefeito. Papai gostava da política. Era um político sempre ligado aos pobres,

aos carentes. E ele gostava da política. Era engraçado! Ele treinava os discursos para falar nos comícios para o povo. Quando João Agripino vinha pra cá ele [José Brasileiro] fazia os discursos. Ele era um dos grandes amigos de João Agripino. João Agripino dizia: - Meu amigo José Brasileiro. Inclusive, tudo o que papai falava [pedia] ele nunca negou. Até a criação do Colégio Estadual de Belém, junto com a professora Cristina Dantas, um baluarte de Belém.” (João José da Costa, comerciante, 62 anos de idade. Entrevista ao autor em dezembro 2008. Grifos nosso).

Na eleição de 1959, João Gomes de Lima, popularmente conhecido como João Pedro, ficou na segunda colocação, com 786 votos. Ele governou o município de Belém por pouco mais de três anos, de 11 de setembro de 1960 a 30 de novembro de 1963, período que restou para o seu mandato com o término da breve gestão de Brasileiro da Costa à frente da prefeitura de Belém, após a anulação definitiva da candidatura do prefeito eleito Dr. Xavier.

Toda essa disputa política e jurídica em torno da eleição de 1959 no município de Belém relaciona-se com outra questão, a legitimidade político-jurídico daquele pleito. Há nesse momento a necessidade de se construir e legitimar o poder, no sentido de afirmação política dos grupos políticos em disputa na cidade, procurou construir por meio da via jurídica sua validade legitimadora de poder. Deve-se levar em conta também que esse poder é adquirido através das relações sociais e políticas e para perdurar é necessário o respaldo jurídico.

Apesar de não ter sido encontrado nos arquivos da Câmara Municipal a Ata de Posse de João Gomes de Lima, nas Atas de 28 de junho de 1961, página 145, do “Livro de Registro de Resolução e Projetos. Nº 01, período de 01 de dezembro de 1959 a 1986”, e da Sessão Ordinária da Câmara de 16 de junho de 1965, por exemplo, há citações de João Gomes como prefeito, dirimindo qualquer dúvida da efetiva posse e permanecendo apenas a controvérsia sobre o título de primeiro prefeito eleito, pois considerando que a candidatura de Manoel Xavier de Carvalho foi anulada, João Gomes teria sido candidato único na eleição de 1959 e, portanto, deveria ser considerado o primeiro prefeito eleito de Belém.

Para o êxito da empreitada contra a candidatura adversária, João Gomes recebeu o apoio do então Deputado Federal Raul de Góes⁸ e de um político local com apurado conhecimento jurídico chamado Genival Ramalho⁹, como revelou a Sra. Ana Maria Pedrosa,

⁸ (Raul de Góes nasceu em Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte. Ex-diretor da Companhia de Tecidos Rio Tinto (PB), da família sueca Lundgren, foi eleito deputado federal pela Paraíba em 1958, pelo PSP, através do apoio desta poderosa família empresarial)

⁹ (Genival Ramalho Pessoa foi eleito vereador do município de Belém em 1968, pelo partido da ARENA. Obteve 279 votos, tornando-se o terceiro vereador mais votado daquela eleição).

filha do ex-prefeito Rodolfo Gomes Pedrosa, então aliado do grupo político de João Gomes de Lima:

João Gomes de Lima perdeu. Ele ganhou no tapetão. Xavier pensava que a lei não ia chegar a Belém, mas na época existia um homem muito inteligente em Belém chamado Genival Targino, que na verdade era Genival Ramalho. E Genival Targino foi quem, no sentido pejorativo, catucou essa lei. Foi ele que buscou essa lei, e através de um deputado federal da época chamado Raul de Góes. E quando ele chegou a Brasília, Raul de Góes deu todo apoio. E conseguiram tirar Xavier.” (Ana Maria Maia Pedrosa Barreto, professora, 57 anos de idade. Entrevista ao autor em dezembro 2008).

Além do apoio do Deputado Federal Raul de Góes, João Gomes de Lima era aliado do influente Deputado Estadual Severino Ismael de Oliveira que, segundo o relato do Sr. Osvany Sales, já previa a não posse de Manoel Xavier:

Toda política aqui de Belém era traçada lá em casa. O pai de Joca Brasilino era o chefe político da vila, mas Severino Ismael de Oliveira hospedava na nossa casa. Ele ia com um batalhão de três, quatro, cinco pessoas, jantava com a gente. E toda conversa era lá em casa, e desde pequeno eu ficava na escuta porque eu tinha admiração por Severino Ismael e escutava tudo, e sabia de tudo. A cassação de Doutor Xavier a gente sabia que ia acontecer. Antes, Severino disse: - *Se ele for eleito ele não assume*. E na verdade aconteceu.” (Osvany Sales de Assis, tabelião, 74 anos de idade. Entrevista ao autor em dezembro 2008).

Sobre o período do governo João Gomes de Lima, transcrevemos um trecho da entrevista concedida pelo Sr. Francisco Cícero de Moura (Chico Moura) partidário do ex-prefeito e um dos primeiros funcionários da Prefeitura de Belém, evidenciando um período de expansão urbana da cidade recém-emancipada:

Eu trabalhava na prefeitura. A primeira coisa que ele fez aqui foi abrir aquele curral de Salvíana. Porque ele disse que queria aumentar Belém. Que Belém tava bom de crescer. E terminou abrindo e mandando fazer as casas, e mandou eu dar os alvarás para o povo. Dar o alvará de graça para o povo. Mandou abrir a rua que chamam de Cancão, ali era do pai de Donda. Ele abriu. E depois partiu pra“qui, detrás da Igreja da Conceição, abriu uma rua que descia para o curral. E outras e outras. Quem abriu Belém foi ele. (Francisco Cícero de Moura, aposentado, 83 anos de idade. Entrevista ao autor em dezembro 2008).

O relato do senhor Chico Moura reforça a imagem do ex-prefeito João Gomes como um líder político patriarcal e que baseia a sua atuação política no assistencialismo. Visto que, para os seus correligionários, o mesmo é definido como “o pai dos pobres”. Não se compreendia, contudo, a liderança municipal só com os fatores apontados. Há ainda os favores pessoais de toda ordem, desde arranjar emprego público até os mínimos obséquios. (LEAL, 2007. p. 60).

A forma de atuação política calcada no patriarcalismo e nas práticas assistencialistas ou na troca de favores solidifica o caráter personalista de João Pedro. A definição como “pai dos pobres” por parte do seu eleitorado foi usada como estratégia para angariar o apoio da população belenense.

Esse rótulo “pai dos pobres” usado e explorado pelos partidários do ex-prefeito decorre do cenário nacional, já que Getúlio Vargas foi categorizado e rotulado com o mesmo termo usado pelos eleitores de João Gomes. Deduz-se, então, que o termo foi explorado pelo referido grupo na tentativa de associar a imagem do então prefeito com a de Vargas, ou seja, foi mais uma estratégia de poder político.

Na eleição de 1959, também foram escolhidos os primeiros vereadores do Município de Belém, assumindo posteriormente a presidência da Câmara Municipal o vereador Amélio Carneiro, do Partido Social Democrático. Foram eleitos para a primeira legislatura: José de Almeida (PTB), com 256 votos; José Aduato Pessoa (PSD), com 149 votos; Abdon Borges de Lima (PSD), com 146 votos; Amélio Carneiro (PSD), com 132 votos; Ramiro Alves do Nascimento (PTB), com 129 votos; João Soares de Carvalho (PTB), com 122 votos; José Maria Xavier (PSD), com 105 votos.

Capítulo 3

O legislativo municipal: tramas e poder

Os primeiros momentos nos quais se desenvolveram as sessões no Legislativo Municipal, após a emancipação política da cidade, a primeira eleição e a eleição seguinte nos mostram a perspectiva política naquele contexto específico e a tentativa de dois grupos políticos em formação de obter a hegemonia política na cidade.

Neste momento não podemos falar em grupos efetivamente fortes de poder, mas em processo de gestação, de afirmação política, em busca da hegemonia e do poder local. Um dos campos da disputa política foi a câmara municipal. Os discursos relativos às questões municipais, como discussões sobre temáticas na área social, saúde, educação, urbanização, contas do governo, enfim, situações referentes à administração e à organização da cidade tencionaram a relação no legislativo da cidade.

No embate entre as bancadas peucedista e pedessista também é evidenciada a tentativa de direcionar a população no sentido de controle, pois como DIJK (2008) sugere, há no discurso uma intenção situada. Para ter legitimidade em seus discursos, os dois grupos políticos disputavam as mentes e as ações da população com o propósito de se afirmarem politicamente, de exercer influência e poder.

Os vereadores aliados a João Gomes de Lima e que o acompanharam na eleição passada, assim como o mesmo, migraram do PTB para o PDC e apoiaram na eleição de 1963, Rodolfo Gomes Pedrosa (PDC), que venceu o pleito daquele ano contra Manoel Xavier de Carvalho (PSD) por uma diferença de apenas dezesseis votos. Rodolfo obteve 1.183 e Xavier 1.167, diferença que indica um acirramento entre os grupos.

A vitória por uma pequena vantagem gerou outro fato que sugere além do acirramento, o clima político do pleito daquele ano. O pedido de recontagem solicitado por Dr. Xavier.

Na época tinha onze urnas, e na penúltima urna papai tava perdendo. Rodolfo Gomes Pedrosa tava perdendo por 21 votos. E tirou a diferença de 21 votos e botou 6 votos na frente. Aí Doutor Manoel Xavier de Carvalho pediu recontagem. Na primeira recontagem, na primeira urna, Rodolfo Pedrosa saiu na frente com 16 votos. Aí Xavier disse: - *Me dou por satisfeito da derrota*. Porque em Belém existia uma máfia de roubo de eleição, e grande, o voto era contado na mão, e só passava quem eles quisessem. E devido à última urna ser de Serraria, exatamente onde tinha a família de Rodolfo Gomes Pedrosa, aí disparou essa maioria. A primeira recontagem foi de Rodolfo. Foi imediato, na mesma hora. Aí acataram. O advogado de Doutor Xavier, junto com outra equipe de advogados,

entrou com um pedido de recontagem e foi acatado. Doutor José Xavier de Oliveira era o juiz responsável pela eleição na época, pela apuração. A de Edmilson Ribeiro não foi uma recontagem, foi simplesmente uma conferência de votos. Eram duas forças reais. Foi uma política limpa. (Ana Maria Maia Pedrosa Barreto, professora, 57 anos de idade. Entrevista ao autor em dezembro 2008).

[...]

A campanha era muito acirrada porque na época existia um político muito forte em Belém, que era Manoel Xavier de Carvalho, Doutor Xavier. E na época, como ele era uma pessoa da Justiça, tinha um cartório. Ele tinha uma influência muito grande sobre a sociedade de Belém. De um lado Xavier, um advogado, e do outro, meu pai, Rodolfo Gomes Pedrosa, um agricultor, mas era um agricultor de muita posse. Era um agricultor muito bem visto. E era um agricultor que tinha um conceito igual o que Doutor Xavier tinha. Inclusive ele era casado com uma irmã de papai. Eram duas forças reais. Mas foi uma política limpa. (Ana Maria Maia Pedrosa Barreto, professora, 57 anos de idade. Entrevista ao autor em dezembro 2008).

O ex-prefeito Rodolfo Pedrosa, como bem mostra a fala da sua filha, popularmente conhecida como Ana de Rodolfo, era um agricultor de muita posse, ou seja, além de deter um poder econômico elevado para a época, também pertencia a uma família de usineiros da região. Recorreremos mais uma vez a (BLONDEL, 1957) para caracterizar a força política de ambos. A influência de Rodolfo, assim como o seu aliado político daquele período, o ex-prefeito João Pedro, provinha e era ligado à propriedade de terra. Já Manoel Xavier, além do poder econômico, exercia influência e detinha prestígio político através de sua função social vinda de sua profissão, Agente Fiscal e também como Advogado.

A composição da Câmara Municipal após as eleições do ano de 1963 ficou da seguinte maneira: Abdon Borges de Lima (PSD) 258 votos; Mário Barbosa (PDC) 238 votos; Antônio Lourenço de Sousa (PSD) 205 votos; Iracema Pedrosa de Miranda (PSD) 191 votos; José Maria Xavier (PSD) 184 votos; João Soares de Carvalho (PDC) 168 votos e Ramiro Alves do Nascimento (PDC) 127 votos. Tendo como presidente o vereador mais votado, o pessedista Abdon Borges. Mesmo Rodolfo Pedrosa ganhando a eleição daquele ano e pertencendo aos quadros do PDC, foi o PSD partido que apoiou e era liderado por Manoel Xavier quem tinha maioria no parlamento do município como mostra o resultado acima.

A partir da leitura do livro de ata 2 da Câmara Municipal de Belém do período de 02/01/1965 até 31/01/1969 foi possível perceber um pouco da atmosfera política da cidade. Os embates, discussões e bate-boca entre os dois grupos políticos em formação, visavam direcionar a população local no sentido de influenciar as suas opiniões ou até mesmo ideologia, com o propósito de se estabelecer efetivamente enquanto grupo e a conquista da hegemonia do poder local.

O trecho da ata da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Belém realizada em 8 de março de 1965 nos mostra como estava o clima político entre os dois grupos. O debate sobre a construção de um ginásio de esporte foi motivo de discórdia entre os vereadores José Maria Xavier (PSD) e Mário Barbosa (PDC):

[...] Em seguida o Sr. Presidente franqueou a palavra, fazendo uso da mesma o vereador João Soares de Carvalho, se referindo ao projeto que foi enviado à câmara pelo Prefeito Municipal, salientando ser de grande necessidade para as crianças pobres desta cidade e fazendo apelo para que os Sr. vereadores votassem favorável ao referido projeto. Em seguida usou da palavra o vereador José Maria Xavier, dizendo que desconhecia a razão de ter vindo a esta casa, êsse projeto criando um Ginásio Municipal, de vez que já foi aprovado um projeto com a finalidade de ser construído um prédio para o ginásio e o prefeito não deu andamento e por isso não aprova o projeto ora apresentado nesta casa e disse mais que o vereador João Soares de Carvalho e Mário Barbosa hoje defende o projeto criando um ginásio, quando anteriormente interditaram do ginásio 'Olavo de Carvalho'. Com a palavra o vereador João Soares de Carvalho, digo, Mário Barbosa, dizendo que estava defendendo a criação do ginásio, afim de que os pobres ficassem beneficiados através do ensino gratuito e protestou que não tinha procurado interditar o ginásio comercial 'Olavo de Carvalho', pelo contrário ajudou ao mesmo através de contribuições como seja cartões de bingo e até sócio era. Adiantando o orado que o vereador José Maria Xavier estava contrário ao ginásio porque queria fazer política, adiantando mais que já tinha certeza que os vereadores da Bancada do PSD iam votar contra o projeto já citado. (ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 08 de Mar. De 1965, folha 9).

Fica evidenciada no debate entre os parlamentares situacionistas e oposicionistas, a tentativa de trazer para si, ou melhor, para o grupo político o discurso de compromisso e preocupação com as questões sociais e com os mais necessitados. Discurso que poderia angariar o apoio da população e render ganhos políticos. Já que há nesse momento a importância de se afirmar enquanto grupo hegemônico na política da cidade.

Ainda sobre o imbróglio da construção do Ginásio de Esporte prossegue a discussão do projeto entre as duas bancadas. A situação agora é se o projeto fere a Lei Orgânica que rege os municípios e o limite financeiro para a construção do mesmo.

[...] Passando à ordem do dia o Sr. Presidente submete o respectivo projeto à votação, havendo debate em torno do mesmo a Bancada do Partido Democrata Cristão, inclusive dois membros da Comissão de Saúde, Educação e Assistência, sustentou a tese de que o ginásio deveria ser criado com a aprovação do projeto, sendo que os ilustres vereadores da referida Bancada deixaram de apresentar uma Lei que viesse solidificar a aprovação. Prossequindo os debates a Bancada Pessedista discorda não com a criação do ginásio e sim em obediência à lei. (ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 11 de Mar. De 1965, folha 11).

Outro fato significativo e que merece destaque ocorreu na sessão realizada no dia 01 de junho de 1965. Nela acontece a eleição para composição da mesa do legislativo do

município. Quando o vereador João Soares de Carvalho (PDC) da bancada da situação questiona a indicação da vereadora Iracema Pedrosa do PSD feita pela mesma bancada como primeira secretária. O questionamento se dá pelo fato de Iracema não residir em Belém. O vereador ainda acusa a bancada oposicionista de não indicar outro nome porque desejam alcançar posições maiores na política belenense.

[...] o vereador João Soares de Carvalho, disse que tendo sido eleita a mesa, parabenizava-os, pedindo ao Sr. Presidente que cumpra com a lei e se faça cumprir. Que o cargo de 1º Secretário na pessoa da vereadora Iracema Pedrosa Miranda era inconveniente, pois a mesma nem todo dia se encontrava na sessão, porque não residia na cidade, tendo sido mais conveniente o referido cargo na pessoa de outro vereador. Que na bancada do PSD tem vereador que tem capacidade para assumir o já citado cargo, mas os vereadores do PSD não votariam, pois galgam posição. Em aparte do vereador José Maria Xavier disse que a bancada do PSD tem todo direito à apresentar os seus candidatos, assim como a bancada do PDC. (ATA DA SESSÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 01 de Jun. De 1965, folha 14).

A justificativa usada pelo vereador João Soares sobre a vereadora Iracema Miranda e a possível intenção da bancada pessedista pode ser entendida como uma disputa nas articulações políticas internas da Câmara, já que mesmo sendo oposição, a bancada do PSD era maioria e tinha o presidente da casa.

No entanto, um fato que ganha bastante destaque e gera bate-boca em várias sessões é a aprovação das contas do ex-prefeito João Gomes de Lima. Situação que pautou diversas reuniões.

[...] Por outro lado, o parecer do Presidente da Comissão, foi baseado no Relatório vindo do Agrupamento de Engenharia e como também dos Peritos... Dando início aos debates pela forma seguinte, João Soares de Carvalho, disse que se via obrigado a dizer algumas palavras, referentes à administração de João Gomes de Lima. Que é de conhecimento de todos que foi uma grande administração em face de ser um homem de pouco conhecimento, que somente os adversários é quem se ocupam de difamá-lo, tendo deixado o Sr. João Gomes de Lima na cidade vários benefícios como sejam: a luz de Paulo Afonso, vários metros de calçamentos, o aterramento da Avenida Luiz Gomes, o mercado público foi concluído por êle. Hoje nessa cidade não se encontra um chão onde um pobre construa sua casa, mas na época em que João Gomes de Lima governava, abria avenidas para os pobres construí-las. Com aparte do vereador José Maria Xavier disse: que os chãos a que o orador se refere estão todos requisitados por funcionários da prefeitura. Continuando o orador disse ainda, que também foram construídas rodagens, mas mesmo assim foi dado o parecer contrário às prestações de contas do ex-prefeito, pois as falhas encontradas não cabiam ao ex-prefeito e sim ao contador. Com aparte da vereadora Iracema Pedrosa Miranda dizendo que na gestão do ex-prefeito João Gomes de Lima, o contador também funcionava como Secretário Adoch que é inconstitucional. Que se o ex-prefeito João Gomes de Lima tivesse razão os vereadores do PSD dariam o seu parecer e votariam contrário. O relatório do Agrupamento de Engenharia é muito claro... Em 1ª discursão a prestação de contas do ex-prefeito João Gomes de Lima, visto ter sido votado a favor a bancada do PDC e contrário a bancada do PSD. (ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 16 de Jun. De 1965, folhas 23-25).

O discurso do vereador João Soares de Carvalho (PDC) tenta construir uma imagem do seu aliado, o ex-prefeito João Gomes de Lima, como sendo um político voltado para as questões sociais, compromissado com os mais pobres e que as falhas encontradas nas prestações de contas do seu mandato eram justificadas com os “benefícios” que o ex-prefeito trouxe para a cidade. É usado como uma tentativa política de conduzir e influenciar os eleitores de Belém.

Novamente percebemos nos discursos dos aliados de João Gomes o quanto o mesmo era caracterizado de maneira patriarcal, personalista e com práticas políticas assistencialistas, sempre tentando associar a sua imagem a uma camada social menos favorecidas, ou seja, com os mais necessitados. Situação que era questionada pela bancada oposicionista.

A falta de espírito público, tantas vezes irrogadas ao chefe político local, é desmentida com frequência, por seus desvelos pelo progresso do distrito ou município. É ao seu interesse e à sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar. A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, o campo de *football*, a linha de tiro, a luz elétrica, a rede de esgoto, a água encanada –, tudo exige o seu esforço, às vezes um penoso esforço que chega ao heroísmo. E com essas realizações de utilidade pública, alguma das quais dependem só do seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e dos amigos, é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva a sua posição de liderança. (LEAL, 2007. p. 58).

A discussão em torno da aprovação das contas da gestão do ex-prefeito João Gomes de Lima e os debates em torno da mesma continuam pautando as ações e discursos dos dois grupos na Câmara de Belém. O vereador João Soares argumenta que pelo fato de a bancada de oposição ao Governo Municipal ter maioria não adiantaria as discussões e acusa de só passar as matérias ou projetos que fossem de interesse da bancada do PSD:

[...] Passando a ordem do dia foi franqueada a palavra; que usou da mesma o Sr. vereador João Soares de Carvalho, dizendo, que pouco adiantaria debates, pois nesta casa, porque, aqui só era resolvido o que a bancada do PSD quisesse, principalmente com referencia as prestações de conta do ex-prefeito João Gomes de Lima. [...] A esta altura a vereadora Iracema Pedrosa Miranda fez ver ao vereador Mário Barbosa que: o requerimento do vereador Francisco Sales das Neves, era bem intencionado, pois era com a finalidade de atender, as reclamações do vereador João Soares de Carvalho, que sempre dizia em seus discursos que as deligências da comissão havia sido insuficientes, irregulares, que a bancada do PSD agia sempre de má fé, em virtude disto o mesmo achava certo que fossem feitas novas deligências, e com mais rigor. (ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 01 de Jul. De 1965, folha 28).

A troca de acusações entre os partidos acirra os ânimos entre os dois grupos políticos e remete ao enfrentamento entre os parlamentares. O suplente de vereador Amélio Carneiro (PSD) que assumiu de forma interina o mandato do seu correligionário, o vereador Antônio

Lourenço de Souza acusa os três vereadores do PDC de maneira orquestrada faltar às reuniões.

[...] Fez uso da palavra o vereador José Maria Xavier fazendo um apêlo à bancada do PDC, a fim de comparecerem às sessões para não prejudicar os trabalhos. Em seguida fez uso da palavra o vereador Amélio Carneiro se manifestando da seguinte maneira: não é possível ter progresso nos trabalhos desta casa, uma vez que está verdadeiramente comprovado como o “trio” da defesa trabalham verdadeiramente unidos de corpo e alma e comungam em um só pensamento. Quando um vem os outros acompanham, quando um não vem os outros adoecem. Isto assim não é possível, deixem de tanto partidarismo e vamos sermos independentes, é o que está faltando na bancada pedicista. E faz um apêlo para que não faltem ao trabalho, embora unidos. (ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 02 de Jul. De 1965, folha 29).

Não obstante, na sessão seguinte, a bancada do Partido Democrata Cristão, aliada do Prefeito Rodolfo Pedrosa, rebate as acusações feitas pelo suplente de vereador Amélio Carneiro que, curiosamente não estava presente naquela sessão.

[...] O Sr. Presidente franqueou a palavra, fazendo uso da mesma o vereador João Soares de Carvalho, dizendo o seguinte: desejaria falar ficando neutro com todos os vereadores, mas tenho que dizer algumas coisas, principalmente ao colega Amélio Carneiro, pois o mesmo em seu discurso do dia 3 do corrente, disse que se a bancada do PDC não comparece a três reuniões consecutivas, o Sr. Presidente deveria pedir informação ao Agrupamento quais as providências que deveriam ser tomadas. Mas o vereador Amélio Carneiro não deveria se manifestar assim, pois se fosse uma denúncia, talvez recaísse na sua pessoa e não na bancada pedicista. Finalizo, pois pretendo dizer mais alguma coisa ao vereador Amélio Carneiro quando aqui se encontrar. Em seguida fez uso da palavra o vereador Mário Barbosa, dizendo que gostaria que estivessem todos afim de se expressar claramente, pois o vereador Amélio Carneiro ataca a bancada pedicista, mas em seguida entra em contradição. A sua ausência é a contradição do seu discurso que contém na ata do dia 3 do corrente mês. (ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 07 de Jul. De 1965, folhas 31-32).

Na sessão realizada no dia 9 de julho de 1965 mais uma vez podemos verificar o quanto a polêmica da aprovação das prestações de contas do ex-prefeito João Gomes era um fato recorrente e continuava norteadando os discursos dos vereadores dos dois partidos. João Pedro, como era conhecido, apesar do término do seu mandato como prefeito, exercia grande influência política e era aliado do atual prefeito Rodolfo. A troca de acusações é cada vez mais frequente e evidencia o clima político. Retrata ainda como era o ambiente naquela casa. O vereador João Soares de Carvalho dessa vez acusa a bancada do Partido Social Democrático de perseguição e de ser contraditória. Argumento prontamente rechaçado por Amélio Carneiro. Na ata da mesma sessão aparece o termo “Comando Revolucionário” referindo-se aos Militares que ascenderam ao poder através do golpe no ano de 1964.

[...] Continuando fez uso da palavra o vereador João Soares de Carvalho, condenando o requerimento do vereador Francisco de Sales das Neves, que prorrogava por mais alguns dias as prestações de conta do ex-prefeito João Gomes de Lima, pois não havia motivos para isto uma vez que houve aproveitamento do dinheiro público na sua administração. Que as falhas nas prestações de contas foram apenas a falta de assinaturas nas folhas de pagamentos dos subsídios do próprio prefeito. Não considerando erro, uma vez que todos podem errar e faz um apelo ao Presidente e à Bancada do PSD que usem de consciência, pois a vida é emprestada e com perseguições ninguém nada colhe, portanto a bancada da oposição deveria aprovar as contas. E que poderia alegar diversos nomes de pessoas que caíram em contradição, mas não queria tocar em seus nomes, pois águas passadas não moem engenho. Que usem de consciência, retirando perseguições políticas de seus corações, que nenhum vereador queira fazer acusações sem base, pois o vereador Amélio Carneiro acusou a Bancada do PDC, uma vez que o mesmo tem suas falhas, pois deixou de comparecer as vezes que foi convocado, assumindo apenas quando foi para combater a criação do Ginásio Municipal e agora para dar combate ao aumento do imposto de Indústria e Profissão. Fez uso da palavra o Vereador Amélio Carneiro, alegando estar disposto a receber todos os ataques da Bancada do PDC, em virtude de em sua ausência a referida Bancada, ter condenado a sua atitude de ter requerido do Sr. Presidente caso a Bancada do PDC deixasse de comparecer por três vezes consecutivas, fosse enviado ao Comando Revolucionário, um ofício pedindo qual as medidas que deveriam ser tomadas, tendo sido aparteado pelo vereador Mário Barbosa alegando que o vereador Amélio Carneiro foi discortês na sessão passada. O vereador Amélio Carneiro protestou e solicitou do Sr. Presidente que fôsse lida a ata do dia 3 onde estava o seu pronunciamento. Em seguida, fez um requerimento verbal ao Sr. Presidente que ouvido o plenário, fosse determinado quinze dias de prazo a Comissão de Finanças para estudar meios de solucionar o caso da prestação de contas. (ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 09 de Jul. De 1965, folhas 33-34).

Ainda na mesma sessão, o vereador Amélio Carneiro além de acusar o Prefeito Rodolfo Gomes Pedrosa de aumentar o orçamento do município, mesmo sem receita disponível, ainda colocou em dúvida a sua capacidade administrativa já que segundo o vereador, Rodolfo não agiu no sentido de a biblioteca pública do municipal funcionar como também criticou o chefe do executivo pela falta de limpeza e a maneira como o lixo da cidade era transportado.

Prosseguindo sua oração, pede ao Sr. Presidente e ao nobres vereadores um pouco de paciência para denunciar à casa fatos imperdoáveis. Disse o vereador, que o Prefeito Municipal aumentou o orçamento de vinte e cinco para quarenta e cinco milhões, sem medir as dificuldades que poderiam acarretar, pois fêz baseado na indústria e profissão, cujo aumento não foi citado na mensagem e que o aumento é verdadeiramente irrisório para fazer cobertura do orçamento e que a esta altura é inteiramente impossível o aumento do imposto, pois o mesmo é inconstitucional [...] Prosseguindo na sua oração fêz vê a incapacidade administrativa do Prefeito, alegando que até o presente o mesmo não apresentou o Código Tributário cobrando os impostos a seu bel prazer e sem limite no aumento. Em aparte o vereador Mário Barbosa alegou que em época passada foi enviado a esta Câmara um Código o qual foi queimado pela Câmara. Fêz vê o vereador Amélio Carneiro, que o mesmo era tão cheio de falhas que não havia emendas que pudesse corrigi-lo. Continuando criticou o Prefeito por não ter tomado providências no sentido de funcionar a Biblioteca Pública, a falta de limpeza pública, criticou a nova modalidade de transportar o lixo, a falta de funcionamento da rádio e outros assuntos de interesse da coletividade. (ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 09 de Jul. De 1965, folhas 34-35).

Antes, porém, de encerrar o período em que substitui o seu correligionário, o vereador Antônio Lourenço de Souza, o suplente de vereador Amélio Carneiro profere outro discurso caracterizando a bancada situacionista de irresponsável e de atuar em conjunto com o objetivo de atrapalhar os trabalhos da câmara.

[...] O Sr. Presidente franqueou a palavra, fazendo uso da mesma o vereador Amélio Carneiro, se manifestando da maneira seguinte: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, de acordo com a convocação que me foi enviada para substituir o vereador Antonio Lourenço de Souza, quero levar ao conhecimento de todos que nesta data, fica encerrado o meu período, lançando o meu protesto contra a Bancada Pedecista, sobre a atitude absurda de a mesma se encontrar aqui quando a Bancada Pessedista não está, que nos chamam de irresponsáveis, quando os verdadeiros irresponsáveis são eles. Que nenhum conhecimento tomam quando a Bancada do PSD está reunida, estando eles aguardando a oportunidade de minha ausência, para que a nossa Bancada tenha minoria, afim de obter suas pretensões, fazendo um apêlo ao Presidente que consulte a Lei afim de pôr em ordem este estado de coisa, ou esta baderna da referida Bancada, pois a mesma força o contínuo a abrir e assinar o livro de presença para mostrar sua pontualidade. (ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 28 de Jul. De 1965, folhas 35-43).

Como não poderia ser diferente, outro tema que gerou intenso debate foi a criação de um imposto municipal, que foi denominado de Projeto de Imposto de Indústria e Profissão. Fato este que também gerou troca de acusações entre os vereadores.

[...] franqueada a palavra, fazendo uso da mesma o vereador João Soares de Carvalho, dizendo que o Projeto do Impôsto de Indústria e Profissão não há mais necessidade de ir a plenário, pois já o considera inválido. Que o Prefeito Municipal irá enviar a esta casa novo projeto, afim de ser submetido a aprovação, sendo necessária essa aprovação pois somente o nosso município cobra o impôsto de 1,2. Que o suplente de vereador Amélio Carneiro negocia no município de Pirpirituba e não reclama do impôsto porque o prefeito da referida cidade pertence ao PSD, mas se fosse da UDN ele saberia falar. (ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 22 de Out. De 1965, folhas 43-44).

Todas essas questões relacionadas à administração municipal e o embate político envolvendo as problemáticas da cidade, como também o clima político acirrado, demonstrado no bate-boca e na troca de acusações entre os vereadores, traz como pano de fundo a disputa política entre os dois grupos. Era necessário persuadir a população através do enfrentamento dos discursos para conquistar a hegemonia política e o poder local. Como podemos notar diversas estratégias discursivas foram usadas com o intuito de sobressair politicamente, desde construir a imagem de um aliado como sendo um agente político empenhado nas questões sociais ou por em cheque a capacidade administrativa do outro.

Todavia, assim como fizeram com o ex-prefeito João Gomes em sessão anterior, a bancada do PDC, aliada politicamente ao Prefeito Rodolfo Pedrosa, tenta construir através da

fala do vereador João Soares de Carvalho, uma imagem do prefeito como sendo um governante preocupado com os mais pobres e com o bem da cidade.

[...] Continuando com a palavra o vereador João Soares de Carvalho defende em parte a administração do prefeito atual, pois o povo não sabia o dinheiro que sai da Prefeitura para beneficiar os pobres e que era aplicado em obras administrativas. (ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 30 de Out. De 1965, folha 45).

O alinhamento político entre Rodolfo e João Gomes de Lima e a busca da bancada pedecista de associar o perfil e as práticas políticas de ambos é reforçada pela fala da senhora Ana Pedrosa, filha do ex-prefeito. A qual afirma que o seu pai deu continuidade às obras deixadas pelo o seu antecessor.

O único prefeito que deu continuidade às obras deixadas foi papai. João Pedro deixou a base e papai terminou tudo. Porque o mal dos prefeitos é esse. Você deixa uma base aqui, abandonam e fazem outro acolá. (Ana Maria Maia Pedrosa Barreto, professora, 57 anos de idade. Entrevista ao autor em dezembro 2008).

Outra situação que nos é relatada pela filha do ex-prefeito e que reforça a figura de Rodolfo Pedrosa como um agente público compromissado com as questões sociais é a construção da Lavanderia Pública da cidade. Além disso, a mesma afirma que por questões da conjuntura política local, os prefeitos que sucederam o seu pai não deram prosseguimento, abandonaram ou destruíram as obras deixadas por ele.

Na época ele foi o homem que mais trabalhou por Belém. É pena que os sucessores dele, por serem de oposição, não cuidaram das obras. E no Brasil também tem esse problema, de um político acabar com a história de construção do que outro deixou. Ele acha que só aparece se botar abaixo. Eu digo isso me referindo ao ex-prefeito Tarcísio Marcelo, que não teve a menor qualidade de preservar a Lavanderia Pública de Belém, construída pelo meu pai ao lado do açude Tribofê. Que foi o ponto que o meu pai mais tinha pena de ver, era as senhoras pobres de Belém lavando roupas de cócoras, e com um pote de barro, porque na época, acessório de alumínio era muito difícil. A maioria das senhoras pobres lavavam roupas conduzindo água num pote de barro e esses potes se quebravam muito. Elas ficavam no sol quente e papai vendo isso, cuidou imediatamente de fazer uma lavanderia que fora a mais moderna da região. (Ana Maria Maia Pedrosa Barreto, professora, 57 anos de idade. Entrevista ao autor em dezembro 2008).

É interessante perceber que pela dinamicidade ou por outros fatores políticos, um dos prefeitos que sucederam Rodolfo e que segundo o relato de Ana Pedrosa deixaram de lado as obras feitas pelo mesmo é Tarcísio Marcelo, filho do ex-prefeito João Gomes de Lima.

Situar a conjuntura política nacional daquele período é essencial, tendo em vista que os militares assumiram o poder através do golpe de estado na madrugada de 31 de março do

ano de 1964. O contexto político no qual se encontrava o país teve as suas consequências e respingou no legislativo municipal, inclusive nos discursos dos vereadores. Na Paraíba, o período pós-golpe foi seguido de repressão aos movimentos camponeses, a exemplo da liga camponesa, ao setor estudantil, aos professores universitários, entre outros setores da sociedade; houve também cassação de mandatos de vários políticos que eram contra o golpe de estado.

Foram registradas várias prisões, efetuadas tanto no setor urbano como na zona rural. Houve o aniquilamento das Ligas Camponesas. A repressão no meio rural, além de ser feita pela Polícia Militar e pelo Exército, contou com a colaboração de capangas e das milícias particulares dos proprietários rurais. (DANTAS; SILVA; NUNES. 2014, p. 95).

[...]

Neste imediato pós-golpe no Estado da Paraíba foram cassados por projetos de resoluções da Assembleia Legislativa e das Câmaras de Vereadores os mandatos de três prefeitos, dois vice-prefeitos, oito vereadores, sete suplentes de vereadores, dois deputados estaduais e dois suplentes de deputado estadual... (DANTAS; SILVA; NUNES. 2014 p. 98).

[...]

O setor estudantil também foi muito perseguido. As direções das entidades estudantis, tanto secundaristas como universitárias, sofreram intervenções. Também houve perseguição a professores universitários e expurgos no aparelho estatal... (DANTAS; SILVA; NUNES. 2014 p. 98).

[...]

Apesar da repressão ter se estendido a vários setores da sociedade, ela se fez mais forte sobre as Ligas Camponesas, que era considerado uma afronta aos grandes proprietários de terra e uma ameaça de subversão da ordem. (DANTAS; SILVA; NUNES. 2014 p. 98).

Nesse contexto de efervescência e acirramento político e social que antecedeu o golpe civil-militar de 1964 e as primeiras medidas pós-golpe, a Paraíba era governada por Pedro Gondim que apesar de ter “alguma proximidade” com o trabalhismo de Jango, foi eleito com o apoio da UDN, de outras forças conservadoras do estado e por motivos da conjuntura e por sobrevivência política, aderiu às forças golpistas.

Então, como podemos observar, os momentos que antecederam o golpe civil-militar no Brasil, em 1964, o Estado da Paraíba vivia um momento de grande efervescência política e social; com um governo que apesar de aliado das forças conservadoras do estado tinha práticas próximas do ideário trabalhista, desenvolvido em nível nacional pelo governo de João Goulart, com vários setores da sociedade civil bastantes mobilizados, e principalmente com um movimento camponês, expresso através das Ligas, com capacidade de mobilização e de confronto com os grandes proprietários rurais. No entanto esse governo capitulou e aderiu ao golpe civil-militar e a repressão se abateu de forma bastante dura, sobre vários setores da sociedade civil. Ao mesmo tempo em que a repressão se abatia sobre setores de esquerda ou de alguma forma ligada ao projeto trabalhista de Jango, vários setores da sociedade civil, muitos já engajados na desestabilização do governo, passaram a dá total apoio a nova ordem estabelecida com a implantação da ditadura militar no Brasil. (DANTAS; SILVA; NUNES; 2014 p. 116).

Três dias antes da sessão, no dia 27 de outubro de 1965, Castelo Branco baixou o Ato Institucional n. 2 (AI-2) que extinguiu os partidos e instaura o bipartidarismo. A Ata da Sessão do dia 30 de outubro de 1965 mostra qual eram o entendimento e a postura adotada pelos vereadores de ambas as bancadas com relação ao regime militar.

[...] Continua falando o vereador João Soares de Carvalho diz ainda que o Marechal Castelo Branco fez das eleições um teste tendo como resultado oito Estados vitoriosos no PSD e dois Estados da UDD. A esta altura o Sr. Presidente o advertiu que não falasse mais em Partido, pois o novo Ato Institucional os havia extintos... Em seguida o Sr. Presidente convidou os Srs. Vereadores para uma Reunião Extraordinária afim de prestarem congratulações às medidas excepcionais ao Supremo Chefe das Forças Armadas e muito digno Presidente do Brasil. (ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 30 de Out. De 1965, folha 45).

As circunstâncias políticas do Brasil e do Estado e as medidas tomadas pelas Forças Armadas de certa maneira “uniu” as bancadas oposicionista e situacionista, no sentido das posições tomadas a favor daquele regime:

[...] Feita a chamada dos vereadores, constando número legal, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos, determinou que a secretária fizesse a leitura da ata da sessão realizada neste mesmo dia às 14 horas, tendo sido aprovada pela maioria deixando de assinar o vereador João Soares de Carvalho, por achar certa divergência no que se refere ao seu pronunciamento. Nada havendo para o momento, o Sr. Presidente facultou a palavra, fazendo uso da mesma o vereador João Soares de Carvalho, congratulando-se com as medidas tomadas pelo Presidente Marechal Castelo Branco, achando que, o Ato Institucional n. 2, havia trazido para o Brasil, segurança paz e ordem. Em seguida o vereador José Maria Xavier, representante da Bancada Oposicionista, manifestou seu efusivo voto de solidariedade, ao Supremo Chefe das Forças Armadas, M.D. governador do Brasil, pois as suas medidas excepcionais, além de trazer a paz para nossa pátria, trazem também a grandeza e progresso do Brasil. Em seguida, usou da palavra o vereador Mário Barbosa, que para maior esclarecimento leu o discurso do Presidente da República, logo após elogiando o seu gesto de segurança e patriotismo, pois o Ato Institucional é uma medida de segurança e paz para o Brasil. A esta altura o Sr. Presidente justificou a ausência do vereador Antonio Lourenço de Souza, por não ter o mesmo conhecimento desta reunião, que tomou caráter de urgência; logo após fez uma explanação, congratulando-se com sua Excia. Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, pelo seu elevado espírito patriótico. Em seguida agradeceu o comparecimento dos senhores vereadores e pelo apoio dado ao Ato Institucional n. 2. (ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 30 de Out. De 1965, folha 46).

De acordo como são proferidas as falas dos vereadores, percebemos o apoio que os mesmos davam ao regime militar, os discursos de congratulações, de apoio, nos mostram como eles estavam em sintonia com as Forças Armadas. As expressões paz, progresso, ordem e patriotismo usados para elogiar as medidas aplicadas por Castelo Branco também nos dão uma dimensão de como os parlamentares conceituavam aquele sistema. Foi um dos poucos momentos na casa em que houve convergência nos discursos dos dois grupos. Divergiam em

quase tudo no que diz respeito aos aspectos políticos locais, mas convergiam quando se tratava do apoio ao regime.

Por deliberação dos militares, o mandato do ex-prefeito Rodolfo Gomes Pedrosa foi prorrogado até o ano de 1969, mais precisamente até o dia 31 de janeiro daquele ano.

6º prefeito eleito pelo povo foi o sr. Rodolfo Gomes Pedrosa, que teve como adversário o Dr. Manoel Xavier de Carvalho. Venceu as eleições com a maioria de 16 votos. Governou normalmente, teve o seu mandato prolongado até 31 de janeiro de 1969, segundo deliberações da política revolucionária... (Caderno de Anotações Históricas de Osvaldo Sales de Assis, p. 5, datado em 28 de setembro de 1973).



Assinatura de posse do prefeito Manoel Xavier de Carvalho, em 31 de janeiro de 1969. Foto: Arquivo pessoal

Outra situação bastante curiosa e que sugere uma possível mudança de posição política acontece na sessão realizada em 9 de novembro de 1965. O vereador Antônio Lourenço de Souza, mesmo pertencendo à Bancada do PSD, partido de oposição ao Prefeito Rodolfo Gomes Pedrosa e de seu aliado o ex-prefeito João Gomes de Lima ambos do PDC, em aparte faz uma defesa da administração do ex-prefeito.

[...] Continuando a palavra o orador disse que casos dessa natureza havia ocorrido na gestão de João Gomes de Lima, como seja a compra da casa da Prefeitura Municipal, pois se todo o prefeito fosse como o Sr. João Gomes de Lima não havia prefeito ruim. Sabia que as contas de João Gomes de Lima seriam derrotadas, mas não seriam derrotadas as suas obras, como sejam, calçamentos, luz de Paulo Afonso, etc. Que minhas palavras são fracas, mas são verdadeiras. (ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 09 de Nov. De 1965, folhas 47-48).

As discussões acaloradas e a investida de sobrepôr os discursos para obter dividendos políticos são reforçadas na troca de acusações constantes entre as duas bancadas. Os grupos buscam se afirmarem politicamente e para isto se faz necessário que nesse jogo político os seus argumentos prevaleçam um sobre o outro. Neste sentido, o vereador João Soares de Carvalho culpa a bancada da oposição de dificultar os trabalhos legislativos que, ao invés de defender o povo, são movidos por interesses pessoais e que se limitam apenas a atacar o Prefeito Rodolfo, argumento que foi rebatido pelo vereador Antonio Lourenço.

[...] Fêz uso da palavra o vereador João Soares de Carvalho, me vejo forçado a usar a palavra em tôda sessão que há nesta casa, que não vê os vereadores defender o povo e sim acusar o prefeito... Que se o prefeito não merece confiança para os vereadores, os vereadores não merecem para o prefeito. [...] Finalmente fêz uso da palavra o vereador Antonio Lourenço de Souza, dizendo que o vereador João Soares de Carvalho disse que os vereadores da oposição vinham entavando o progresso do município, mas dei entrada a um projeto e foi aprovado, não tomando o Prefeito Municipal nenhum conhecimento, pois as estradas de Nica e Serraria continuam sem concerto, pedindo ao vereador João Soares de Carvalho que lhe informe algo a respeito do dinheiro que vem do Fundo Rodoviário. (ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 24 de Nov. De 1965, folhas 49-51).

Ainda sobre essa disputa política, o vereador Antônio Lourenço de Souza acusa o Prefeito Rodolfo Pedrosa de tentar enganar a população através do discurso e de propagandas sobre o desenvolvimento da cidade.

[...] Salientou o orador que apesar do Prefeito Municipal fazer propaganda dizendo que Belém é a cidade que mais cresce, o lixo é transportado em costa de jumento, fazendo um apêlo a fim de que o lixo seja transportado em carroça. (ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 30 de Jun. De 1966, folha 59).

Um registro que merece consideração ocorreu na sessão do dia 9 de julho de 1966. Nela, o vereador Mario Barbosa, mesmo fazendo parte da bancada de apoio ao Prefeito Rodolfo, cobra do chefe do executivo municipal melhorias na administração e alguns atos que segundo o vereador eram ilícitos.

[...] o Sr. Presidente facultou a palavra; fazendo uso da mesma, o vereador Mario Barbosa que pronunciou solicitando do Sr. Prefeito informações sôbre o trator, e que êste bem imóvel pertencente a Prefeitura, caso esteja em concerto, que seja aviado êste concerto,

para que volte a prestar serviço na limpeza pública, assim como transporte de materiais para construção. Falou sobre um alvará, que fora concedido a Firma Eustáquio Pedrosa e Cia, dando-lhes poderes para construir um pôsto, em local que fora escolhido oficialmente para construir uma praça por nome João Pessoa, onde já existe marcos de construção da referida praça, a prefeitura já fez despesa para realização da obra que, tanto embeleza aquela arteria publica. Parabenizou o colega de sua bancada pela brilhante iniciativa de requerer as devidas informações sobre o alvará que o Sr. Prefeito para construção do “aludido pôsto”. Faz um apêlo aos pares para que haja as necessárias providencias para impedir esta atitude o qual considera ilícita e incorreta, assim como, o Sr. Prefeito melhore o Palácio da Administração, beneficiando mais a coletividade o serviço de eletrificação da Rua Boa Vista e demais artévias, que estão ainda no marco 0 (zero). (ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 09 de Jul. De 1966, folhas 61-62).

A posição adotada pelo vereador pode ser justificada pela aproximação do mesmo a Manoel Xavier de Carvalho já que, nas eleições de 1968, com a extinção dos partidos políticos que afetou as duas bancadas e os arranjos políticos locais, Mario Barbosa será candidato a vice-prefeito na chapa encabeçada por Dr. Xavier, ambos agora no MDB. No mesmo pleito, João Gomes de Lima perde as eleições ficando em terceiro lugar pela ARENA

2.

CONCLUSÃO

Para compreender os arranjos políticos desde o processo emancipatório, a primeira eleição e a disputa pela hegemonia do poder local foi necessário levar em consideração o contexto político no qual estavam inseridos os grupos políticos em formação. Neste estudo vimos que a situação política local estava marcada por um ambiente de intensa disputa e rivalidade desde o movimento pela emancipação político-administrativa do então distrito de Belém de Caiçara, a primeira eleição e os embates na câmara municipal. Os dois grupos em formação buscavam para si a paternidade do projeto, como também a construção de um discurso que lhe garantisse a legitimidade do poder.

Percebemos, também, como as constantes mudanças na conjuntura política estadual, modificou os arranjos da política no município. Por exemplo, as mudanças nas nomeações dos prefeitos geraram confusão na percepção dos arranjos de poder pela população belenense, e criou um clima de instabilidade tanto política quanto administrativa. Situação que por muito tempo gerou dúvidas no que se refere a quem foi o primeiro prefeito nomeado da cidade. Fato é que naquela circunstância política e administrativa, o recém-criado município vivia um período de inconstâncias no campo político e social.

Outro aspecto de grande importância foi a tentativa dos partidários de ambos os grupos, sejam eles do ex-prefeito Manoel Xavier de Carvalho ou de João Gomes de Lima em legitimar os discursos de poder e a tentativa de demarcar as possíveis diferenças das duas forças políticas. Para isso foram usadas músicas, metáforas, analogias, representações, enfim, uma estratégia de controle como prática social, como bem salienta VAN DIJK, 2008. Cenário esse que sinalizou, como já foi destacado, a intensa participação social nas disputas políticas locais, fato esse que se configura como uma característica da cidade de Belém.

Outro aspecto político no percurso do processo emancipatório da cidade foi o enfrentamento e a polarização no campo político, caracterizado pela disputa no campo jurídico. Como pudemos perceber na cassação de Dr. Xavier (PSD), após recurso impetrado pelo PTB, partido o qual era filiado João Gomes. A cassação se deu devido a Xavier já ter sido nomeado prefeito do município, e havia, segundo as palavras do próprio ex-prefeito, um conflito na legislação vigente daquela época.

A eleição de 1963 também denotou o clima de rivalidade e disputa na cidade, polarizado entre os dois grupos. Manoel Xavier (PSD) que perdeu a eleição daquele ano para

Rodolfo Pedrosa (PDC), aliado de João Pedro, por uma diferença de dezesseis votos. Fato que gerou por parte de Xavier o pedido de recontagem como nos mostrou a fala de Ana Pedrosa, filha do ex-prefeito Rodolfo.

Outro ponto percebido foi o de que a situação a nível de estado influenciou as relações políticas no município e o plano nacional também exerceu a sua influência no cenário local, principalmente após o golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar. Acontecimento que por um breve espaço de tempo nas sessões uniu as bancadas de situação e oposição no sentido do apoio de ambas aquele regime. O discurso dos vereadores de congratulações e apoio aos militares explicitou bem qual foi o entendimento dos parlamentares sobre o golpe e os ditadores.

Durante esse período o legislativo municipal foi um local de tramas políticas e de poder. A disposição política foi construída de acordo com os interesses em jogo. Como notamos nas análises dos discursos dos parlamentares através da leitura das atas. Era preciso categorizar os líderes políticos dos grupos como pessoas voltadas e preocupadas com o bem público e as questões sociais ou desconstruir a liderança do seu adversário colocando em xeque a sua capacidade política e administrativa.

Foi dentro dessa perspectiva de disputa, acirramento, participação popular, arranjos e tramas políticas que se desenrolaram esses primeiros anos, quase uma década, desde o processo de emancipação, a primeira eleição e o pleito seguinte no ambiente político e social na cidade de Belém/PB. O embate pela hegemonia política do recém-criado município teve seus desdobramentos nos anos seguintes na política local, que apesar da sua dinâmica, serviram como base para a política belenense nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias:

Livro de Registro de Resolução e Projetos. “Nº 01, período de 01 de dezembro de 1959 a 1986” da Câmara Municipal de Belém/PB.

Livro 2 de Atas da Câmara Municipal de Belém/PB de 02 de janeiro de 1965 até 31 de janeiro de 1969.

Livro de Ata da Câmara Municipal de Belém de 30 de novembro de 1959.
Termo de Posse de José Brasileiro da Costa, 30 de novembro de 1959.

Caderno de anotações históricas de Osvany Sales de Assis datado em 28 de setembro de 1973. Jornal O Globo, 01 de fevereiro de 1982, p. 3.

Biblioteca do IBGE. Disponível em:
<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/belem.pdf>. (Acesso em: 23 de novembro de 2007).

Entrevistas:

ASSIS, O. S. de. [janeiro de 2009]. Belém. Entrevista concedida ao autor.

SANTOS, B. C. [dezembro de 2008]. Belém. Entrevista concedida ao autor.

PORPINO, F. de A. [outubro de 2008]. Belém. Entrevista concedida ao autor.

CARVALHO, M. X. de. [2006]. Belém. Entrevista concedida ao historiador Renildo Gomes dos Santos.

COSTA, J. J. da. [janeiro de 2009]. Belém. Entrevista concedida ao autor.

CARVALHO, M. X. de. [2008]. Belém. Entrevista concedida ao autor.

OLIVEIRA, A. B. de. [outubro de 2008]. Belém. Entrevista concedida ao autor.

PEDROSA, A. M. M. [outubro de 2008]. Belém. Entrevista concedida ao autor.

MOURA, F. C. de. [outubro de 2008]. Belém. Entrevista concedida ao autor.

Bibliografia consultada:

DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder**/ Hoffnagel, J. & Falcone, K. (Org.) São Paulo: Contexto, 2012.

BLONDEL, J. **As condições de vida política no Estado da Paraíba**. 2 ed. João Pessoa: Assembleia Legislativa-PB, 1994.

SILVA, Manoel Luiz da. **Bananeiras; Sua História, Seus Valores**. Bananeiras: Gráfica do Ipê, 1997.

BATISTA, V. M. **‘Evolução Social e Política de Serra da Raiz (1574-1959)’**. Monografia (Licenciatura em História). Guarabira: UEPB, 2010.

BARBOSA, Jivago Correia. **Política e assistencialismo na Paraíba: o governo de José Américo de Almeida (1951-1956)**. Dissertação (Mestrado em História). – João Pessoa: UFPB, 2011.

BARBOSA, Jivago Correia. **Política e redemocratização na Paraíba: o governo de José Américo de Almeida (1951-1956)**. In: Anais ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe no Estado da Paraíba** – João Pessoa: Editora Universitária/Idéia 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LEAL, Victor Nunes, 1914-1986. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime no Brasil** – 3.ed. – Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

DANTAS; NUNES; SILVA, (orgs.). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.